

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

DANIEL FILIPE SOARES SOUZA

**NEGRAS FRONTEIRAS:
RELAÇÕES DE PARENTESCO NA FORMAÇÃO DE UM CAMPESINATO NEGRO
NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI, JAGUARÃO/RS.**

JAGUARÃO

2022

DANIEL FILIPE SOARES SOUZA

**NEGRAS FRONTEIRAS:
RELAÇÕES DE PARENTESCO NA FORMAÇÃO DE UM CAMPESINATO NEGRO
NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI, JAGUARÃO/RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientador: Dr. Ginter Tlajja Leipnitz

**JAGUARÃO
2022**

DANIEL FILIPE SOARES SOUZA

**NEGRAS FRONTEIRAS:
RELAÇÕES DE PARENTESCO NA FORMAÇÃO DE UM CAMPESINATO NEGRO
NA FRONTEIRA BRASIL-URUGUAI, JAGUARÃO/RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História Licenciatura da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: dia, Agosto de 2022
Banca examinadora:

Prof. Dr. Ginter Tlajja Leipnitz
Orientador
(Unipampa)

Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al-Alam
(Unipampa)

Profa. Dra. Cláudia Daiane Garcia Molet
(UFPEL)

Prof. Dr. Rodrigo de Azevedo Weimer
(APERS)

AGRADECIMENTOS

Estes agradecimentos se direcionam a todas as pessoas que de alguma forma contribuíram e fizeram parte deste processo de formação.

Em primeiro lugar, a minha família, em especial minha mãe, que sempre me incentivou e esteve presente mesmo estando a quase dois mil quilômetros de distância, obrigado por acreditar junto comigo, sei o quanto foi difícil, mãe, mas chegamos no lugar planejado. Ao meu pai, que sempre me ajudou a formar pensamento crítico desde a infância, sempre levantando debates caros às questões sociais ainda no espaço doméstico. Ao meu irmão mais novo, Pedro, o qual eu tinha grande ligação antes de vir para a universidade e foi quem eu mais senti falta quando parti, e a minha prima, Thuanny, com quem sempre pude contar.

A dona Maria, seu Amilton e seus familiares do Quilombo Madeira, que abriram a porta de sua casa e de suas memórias para a produção deste trabalho. Neste processo se tornaram mais do que sujeitos pesquisados, mas pessoas que muito admiro e agradeço pela oportunidade de escrever um pouco de suas histórias. De todo coração, muito obrigado!

Agradeço ao Padre Waldeir e ao secretário Roger, da Igreja Matriz de Jaguarão, Paróquia Divino Espírito Santo, por permitirem o acesso à documentação armazenada na Paróquia e por se mostrarem abertos ao diálogo e contribuir para a produção da história local, e a Luana, funcionária do Cartório de Registro Civil de Jaguarão, que tão bem me atendeu em minhas buscas por fontes.

Aos amigos que ficaram em São Paulo, em especial Guilherme Mallorga, quase um familiar, Beatriz (Abade), alguém que sempre esteve disposta a compartilhar histórias e inquietações da vida e aos irmãos de música Caio, Wesley, Peterson e Carol.

Aos amigos e pessoas que conheci nesse processo universitário, Larissa, Henrique (Robertinho), William (Cruz Alta), Vi Sabino, Anna, Gabriela (Gabi), Gabriel Solimeno, Gabriel Bezerra (Beza), Arthur, Matheus, Hérica, Lucas, Odara, Bea (Saturna-me), Clara, Athemis e Júlio. Nossas conversas me mantiveram de pé nessa caminhada.

À Karina, alguém que esteve junto comigo em momentos felizes e adversos do caos acadêmico e da vida. Ao Falconi e Allan, irmãos que vou carregar pra vida toda, que estiveram comigo nos dias mais felizes, me proporcionaram alegrias e se fizeram presentes em momentos que precisei. Ao Niel, parceiro de arte que

participou de momentos importantes da minha vida nesta cidade. A Andri, primeira pessoa que conheci da minha turma, ainda no dia que cheguei neste lugar. A Kim, alguém com quem posso trocar ideia e sempre dar muitas risadas. A Duda, com quem criei uma grande amizade já no processo final da graduação e se tornou uma pessoa importante na minha vida. A Ana, alguém que tive perto de mim e pude compartilhar minhas ideias, convicções e visões de mundo, com quem tive dias muito felizes e vou ter pra sempre comigo. Ao Costa, alguém com quem pude trocar várias ideias e que me ajudou no processo de escrita deste trabalho. Ao Boça e a Milena, que tanto me receberam em sua casa e são pessoas que admiro muito. A Keicy, amiga que tive perto em muitos anos desta jornada. Ao Tiago, um pesquisador e parceiro inigualável. Ao Mallet (GordãoBeats), o melhor produtor musical já visto e um irmão de conversas e produções. Obrigado por serem essas pessoas incríveis, amo vocês.

Aos amigos que fiz desta cidade, que foram muitos, mas destaco aqui, Khallil, Rafa, Will Lee, Bethânia, Silva e Érico. Agradeço pelos momentos que vocês proporcionaram nos dias frios de Jaguarão.

Aos técnicos desta Universidade, Tônia, César e em especial a Cris, alguém que faz mais do que precisa pelos estudantes, que eu admiro como pessoa e como profissional. Obrigado por tudo!

Aos trabalhadores terceirizados que fazem esta universidade funcionar, mas que também são parte do cotidiano de forma muito especial, pelas conversas e no trato com os estudantes, especialmente o José, o Ibner, dona Rosa, Luciano e Elis. Agradeço pelos papos e por serem essas pessoas tão cativantes nesses corredores frios da Universidade.

Ao corpo docente do curso de História, responsáveis pela minha formação, em especial, Guinter, meu orientador e com quem caminhei junto em projetos desde a minha chegada, obrigado pela paciência e comprometimento comigo e com a minha formação. Ao Caiuá, alguém que sempre esteve disposto a trocar ideias e contribuir na minha formação acadêmica e social. A Letícia, que esteve sempre preocupada com questões cotidianas dos estudantes e sempre esteve aberta a nos ajudar no que fosse necessário. Ao Edison, um ótimo profissional e que nos fazia enxergar possibilidades de caminhos para nossa formação, sempre contando suas histórias loucas de trabalhos pelo mundo (o Indiana Jones Gaúcho). A Renata, alguém com quem eu pude discutir e complexificar meu entendimento sobre História

e seus significados. A Cássia, que não faz mais parte do corpo docente, mas que esteve muito presente na minha constituição como pesquisador. Obrigado por serem estes ótimos profissionais e pesquisadores, e terem me ajudado a me tornar o pesquisador que sou hoje.

Além destes citados, houveram muitos outros nesta caminhada e este trabalho é fruto de todas estas trocas e relações que se formaram nesta fronteira. Agradeço imensamente a todos e todas vocês.

Salve malungo
quilombola que não desanda
aqui o mussuru
me convoca pra angola janga
e tamo junto
então fecha com a nossa banca
o canto é banzo, bantu
pela lua de luanda
pela criação do homem
em nome de toda coisa santa
pela resistência
e a ciência das planta
pra afastar a dor
nego véio amassou diamba
em rodas clandestinas
de esquina fez o samba
coisa fina de bamba
na rua ele escamba
onde nego forro do morro
vende muamba
espalhados pelo mundo
vários idiomas, mesma cor
Salve malungo!

James Bantu - Malungo

RESUMO

Este trabalho tem como principais proposições, discutir o pós-abolição em Jaguarão (Brasil), buscando entender trajetórias de formação de famílias negras binacionais (Brasil-Uruguai), através de fontes documentais e memórias de um casal negro, Amilton Avila Madeira(1939) e Maria Delfina Faria Madeira (1942). E para além, buscar entender a relação destes com o espaço, no processo de formação de um campesinato negro de fronteira.

Palavras-chave: Pós-abolição; Parentesco; Fronteira; Campesinato negro

ABSTRACT

The main proposition of this work is to discuss the post-abolition period in Jaguarão (Brazil), seeking to understand the trajectories of formation of binational black families (Brazil-Uruguay), through documentary sources and memories of a black couple, Amilton Avila Madeira (1939) and Maria Delfina Faria Madeira (1942). And beyond that, seek to understand their relationship with space, in the process of formation of a black peasantry on the Brazilian-Uruguayan border.

Keywords: Post-abolishment; Kinship; Border; black peasantry

RESUMEN

Las principales propuestas de este trabajo son discutir el período posterior a la abolición en Jaguarão (Brasil), buscando comprender las trayectorias de formación de familias negras binacionales (Brasil-Uruguay), a través de fuentes documentales y memorias de una pareja negra, Amilton Avila Madeira (1939) y Maria Delfina Faria Madeira (1942). Y más allá, buscar comprender su relación con la tierra, en el proceso de formación de un campesinado negro de frontera.

Palabras clave: Post abolición; Parentesco; Frontera; Campesinado negro

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Árvore genealógica da família Lima Faria (Quadro).....	23
Figura 2: Árvore genealógica da família Avila Madeira.....	29
Figura 3: Fotografia de festa de aniversário da Família Faria Madeira nos anos 1990.....	30
Figura 4: Fotografia do casal Maria e Amilton em 2022.....	30

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Sede de Jaguarão em relação ao Quilombo Madeira.....	2
Mapa 2: Relações da fronteira Sul.....	15

LISTA DE SIGLAS

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

RTC - Relatório Técnico-científico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - “Na Trilha da Negritude”: Contextualização Histórica e Espaços Racializados	6
<i>Escravidão e pós-Abolição</i>	6
<i>Contexto histórico de Jaguarão</i>	9
<i>Pós-abolição em Jaguarão</i>	14
CAPÍTULO II - “A Linha de Fronteira se Rompeu”: Os Laços e os Frutos de Relações entre Negros e Negras da Fronteira Brasil - Uruguai	18
<i>O lado de dona Maria</i>	21
<i>Interlúdio I - “Quadro Negro”: Os brancos Faria e o surgimento dos negros Faria</i>	23
<i>O lado de seu Amilton</i>	26
<i>Interlúdio II - “Não registradas”: reflexões de raça e gênero nas fontes orais e documentais</i>	31
CAPÍTULO III - “Do quilombinho ao Quilombo”: Relações de terra na formação de um campesinato negro na fronteira.	33
<i>Interlúdio III - “Esse é o xote caruru, que aqui não apareça o velho Lu”: Abuso de poder e formas de manutenção de domínio no pós-abolição</i>	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
BIBLIOGRAFIA	48

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem por objetivo compreender o processo de formação de uma família negra, mas também, relações estabelecidas com a terra e as pessoas desta cidade de Jaguarão.

Tendo como principais protagonistas a senhora Maria Delfina Faria Madeira e seu esposo, o senhor Amilton Avila Madeira, que através de suas memórias nos apresentam um processo muito particular de formação familiar nesta região de fronteira. Este casal tem um fator comum, a bi-nacionalidade em sua filiação, tendo o senhor Amilton, pai uruguaio e mãe brasileira e dona Maria, mãe uruguaia e pai brasileiro. Além disso, Maria e Amilton, são os membros mais velhos do Quilombo Madeira, situado em Jaguarão. Espaço que carrega esse nome por conta da família de Amilton Madeira, sendo seu avô o primeiro Madeira da região, chegando lá por volta do início do século XX.

Este trabalho surge da necessidade de compreender espaços e sujeitos em Jaguarão ainda não discutidos profundamente pela historiografia, a partir de uma série de processos e caminhos que trilhei dentro da universidade.

Em 2017, me vinculei ao professor Ginter Leipnitz, em projeto de iniciação científica no qual discutíamos História Agrária, principalmente com relação aos cercamentos de terra na segunda metade do século XIX em Uruguaiana, fronteira oeste no Rio Grande do Sul.

Em 2018, produzi meu primeiro trabalho acadêmico sem vinculação com outros projetos, no qual discutia um sujeito negro no pós-abolição em Herval, região que hoje é emancipada, mas no ano do processo que trabalhei, 1898, ainda era parte de Jaguarão. Este foi o início da minha relação com a área do pós-abolição.

Nesses caminhos, o espaço cotidiano, a cidade jaguarão, em que eu aos poucos me inseria, descobri a existência do Quilombo Madeira, na zona rural desta cidade, cerca de 35,5 Km da parte urbana da cidade, o qual tive a oportunidade de ir pela primeira vez em 2018.

Mapa 1 - Sede de Jaguarão em relação ao Quilombo Madeira



Mapa de Jaguarão obtido na página da Prefeitura, alterações em vermelho feitas por mim.

Esses processos de vinculação com estudos relacionados ao meio agrário, em conjunto com os interesses desenvolvidos pelo pós-abolição e uma perspectiva particular, de que eu deveria dar uma devolutiva ao espaço em que eu estava inserido e seus viventes em minhas pesquisas, geraram este trabalho. No qual a época me perguntei: por qual motivo ainda não existe um trabalho historiográfico um pouco mais profundo sobre estas pessoas?

A tese de doutorado de Rodrigo de Azevedo Weimer, intitulada “Felisberta e sua gente: Consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense” (2015), foi norteadora neste processo, no sentido de possibilidades de pesquisa quanto à estes sujeitos. Weimer consegue através da relação entre fontes orais e documentais constituir o passado de uma família negra que faz parte do Quilombo do Morro Alto, situado no município de Osório,

levantando questões como significados da escravidão e liberdade, quais os caminhos trilhados por estes sujeitos ne pós-emancipação e pós-abolição, quais os processos da oralidade e da memória, além de constituir uma árvore genealógica.

Este trabalho está dividido em três capítulos, além de três interlúdios, uma ideia que absorvi do trabalho de Weimer, nos quais levanto questões que apareceram em meus processos de pesquisa nas entrevistas e documentações.

Uma das fontes que utilizei nesta pesquisa, foi a oralidade. A fonte oral, obtida através de entrevistas com perguntas pré estabelecidas (ALBERTÍ, 2008), traz possibilidades de pesquisa que as fontes documentais em muitos momentos não alcançam. Um exemplo deste trabalho, é o Interlúdio III, no qual problematizo a história do finado Lu, uma história contada inicialmente por seu Amilton durante a entrevista. A partir desta fonte, pude também conhecer histórias de sujeitos negros e negras desta fronteira que não contam com registros documentais, estas serão abordadas principalmente no Capítulo II.

O conceito de *agência*, elaborado principalmente por E. P. Thompson, também dá bases para este trabalho. Segundo Thompson, os sujeitos têm margens de liberdade de atuação e não estão totalmente presos às estruturas vigentes em seus contextos, a “agência não estará livre de pressões ulteriores determinadas, nem escapará aos limites determinados”(1978, p.177), ou seja, as estruturas nos limitam de diversas formas, mas ainda assim, um sujeito “poderia ser capaz de abrir os portões da prisão de Calcutá e libertar prisioneiros”(1978, p.177). Nas páginas deste trabalho, demonstrarei as margens de atuação através de caminhos em busca de melhores possibilidades de vida, mas também em formas encontradas para escapar de opressões efetuadas por forças institucionais e poderes locais.

No primeiro capítulo, intitulado “Na Trilha da Negritude: Contextualização Histórica e Espaços Racializados”, busco fazer uma pequena revisão quanto aos estudos em escravidão, pensando as diferentes noções sobre o tema através do tempo, de Gilberto Freyre, no início do século XX, passando pela metade do século XX, com a escola sociológica paulista, até a perspectiva que se inicia nos anos 1980, com nomes como João José Reis, Sidney Chalhoub, Sílvia Lara, Paulo Moreira, entre outros. E o pós-abolição, tanto na historiografia geral, quanto sobre a cidade de Jaguarão, utilizando autores e autoras que constituíram estas pesquisas, como Hebe Mattos, Ana Rios, Wlamyra Albuquerque, Fernanda Oliveira, Alzemiro Rosa,

Tiago Silva, Andrea Lima, entre outros. A partir das pesquisas citadas, busco compreender este espaço em que estes sujeitos estão inseridos.

Ainda neste primeiro capítulo, levanto problemáticas de discussão sobre a fronteira, seus significados e singularidades, abordadas por historiadores como Ieda Gutfreind, Fernanda Oliveira, Mariana Thompson e Augusto Farinatti. A fronteira como espaço singular de processos sociais e de possibilidades de movimentação espacial, cruzando aspectos culturais particulares destas regiões.

No segundo capítulo, chamado “A Linha de Fronteira se Rompeu: Os Laços e os Frutos de Relações entre Negros e Negras da Fronteira Brasil - Uruguai”, traço, através de entrevistas e fontes documentais, os caminhos dos pais de dona Maria e seu Amilton, vislumbrando processos que acarretaram em sua comunhão, mas também discutindo os significados da fronteira para estes indivíduos em particular, perpassando por estruturas sociais deste espaço no pós-abolição que remontam questões da escravidão. Além de demonstrar caminhos e metodologias que segui neste trabalho, como os processos de entrevistas e as formas de obtenção de fontes documentais.

No terceiro e último capítulo, nomeado “Do quilombinho ao Quilombo”: Relações de terra na formação de um campesinato negro na fronteira”, penso as questões relacionadas a terra, formas de obtenção desta, os processos de vinculação deste espaço agrário com as populações negras, que desembocou no reconhecimento do Quilombo Madeira, o qual seu Amilton e dona Maria fazem parte, demonstrados através de relatos, documentações eclesiásticas e fontes encontradas em jornais.

Os interlúdios trazem questões tanto percebidas por mim no processo, quanto falas destes sujeitos no processo das entrevistas e análises documentais. No primeiro deles, busco tratar da mudança de nome que ocorreu na família de dona Maria, que mudou de *Quadro* para *Faria*, ali penso quais as possibilidades, processos e significados têm essa mudança de nome. No segundo, penso a ausência das mulheres nas fontes, algo que percebi durante a escrita deste trabalho e senti a necessidade de expor em texto. No último deles, tento discutir a história do Lu Faria, contada por seu Amilton e por Leticia de Faria. Lu era um homem branco, conhecido por suas perseguições às comunidades negras naquela região onde hoje está o quilombo.

Espero que esta pesquisa a traga contribuições para novas compreensões sobre esta fronteira e sujeitos negros deste espaço, além de contribuir, de maneira mais objetiva, na compreensão sobre a formação e o passado destes homens e mulheres negros e negras da campanha jaguareense, principalmente no diz respeito aos remanescentes do Quilombo Madeira.

CAPÍTULO I - “Na Trilha da Negritude”: Contextualização Histórica e Espaços Racializados.

Escravidão e pós-Abolição

Na busca para compreender melhor os processos internos do Brasil, com relação aos negros e negras que aqui viveram e vivem, os objetivos e formas de entendimento sobre as pesquisas voltadas ao tema têm se alterado no tempo, historiadores tem compreendido os processos de escravidão e pós-abolição com novos olhares.

O Brasil teve durante boa parte da sua História, a escravidão negra como base da estrutura econômica e social (ALENCASTRO, 2000) e os negros e negras que viveram sob este regime, não aceitaram de boa fé esta imposição dos colonizadores, não atoa o período Colonial e Imperial do Brasil são repletos de movimentos de resistência em forma de revoltas e rebeliões destes sujeitos, mas indo além da perspectiva da resistência direta, as resistências cotidianas também devem ser levados em consideração, como as negociações recorrentes entre escravizados e senhores, que permitia constituir diferentes tipos de relações e melhorias no cotidiano do cativo (REIS E SILVA, 1989).

Durante o final do século XIX e início do XX, surge o que posteriormente o movimento negro vem a denominar de “democracia racial”, perspectiva defendida por Gilberto Freyre, na qual molda um país que visa branquear sua população e negar em muitos momentos, a existência destes corpos, além de criar uma sociedade que não acredita que seja racista, ainda que, em uma breve análise, possamos destacar como a sociedade brasileira se constituiu com bases raciais muito bem firmadas no cotidiano (SILVA, 2019. p. 29).

Entre os anos de 1950/60, a escola sociológica paulista rebate as proposições de Freyre. Concorde com as proposições de F. H. C. no sentido de pensar a escravidão relacionada as estruturas capitalistas, o questionamento quanto à este trabalho está nas formas de compreensão e abordagens sobre os sujeitos negros, que foca na violência e defende que negros e negras no Brasil escravista, sofriam tanto, que poderiam perder sua humanidade (CARDOSO, 1977), a chamada

“coisificação”, o que para estes explicaria, por exemplo, a desestruturação de famílias negras no país, perspectiva esta que vai na contramão desta pesquisa.

A partir dos anos 1980, a agenda da historiografia relacionada a escravidão e liberdade começa a tomar novos rumos e perspectivas, muito influenciados pelo marxismo britânico¹, formulada principalmente por nomes como: Hebe Mattos, Ana Rios, Martha Abreu, Sydney Chalhoub, João José Reis, etc. O campo de estudos do Pós-abolição vem se estruturando através de diversas pesquisas sobre raça, racismo, associativismo negro e mundos do trabalho, destacando nomes de intelectuais como Wlamyra Albuquerque, Álvaro Pereira do Nascimento, Fernanda Oliveira, Maria Helena Machado, Flavio Gomes, entre outros. Mas se consolida como campo de estudos durante os anos 2000, e principalmente a partir da criação do GT Emancipações e Pós-Abolição da ANPUH, em 2013.

É inegável a influência do historiador E. P. Thompson, na formação deste campo de estudos, sobretudo a discussão sobre *agência*. No livro “A miséria da teoria ou um planetário de erros” (1978), Thompson está discutindo e rebatendo o pensamento estruturalista desenvolvido por Althusser, e ao mesmo tempo trazendo para a discussão Marx e Engel. Segundo Thompson:

A solução oferecida por Althusser tem duas partes. Primeiro, afasta a agência humana da história, que se torna então um "processo sem sujeito". Os acontecimentos humanos são o processo, mas a prática humana (e, ainda menos, as intenções, "vontades") em nada contribui para esse processo. (THOMPSON, 1978, p.100).

Posteriormente, afirma:

Mas no mundo fora daquela porta, talvez se pudesse mostrar que a agência teve um âmbito maior para exercer seus efeitos. Na verdade, essa agência não estará livre de pressões ulteriores determinadas, nem escapará aos limites determinados. Improvável que ela apresse a resolução da complexidade e das contradições extraordinárias dos modos superpostos de produção observáveis na Índia. Mas poderia ser capaz de abrir os portões da prisão de Calcutá e libertar prisioneiros. (THOMPSON, 1978, p.177).

Acredito que neste segundo excerto, Thompson esteja nos dizendo que o contexto influencia no processo, mas que esse não é o centro do processo histórico, equilibrando a agência humana e o contexto dentro do processo histórico. Os

¹ "Os historiadores britânicos vão recuperar não somente a pesquisa empírica, o compromisso com o acontecido, como a participação do sujeito na história. Assim, se para uma concepção estruturalista do marxismo há uma determinação mecânica das estruturas sobre os sujeitos, os marxistas britânicos vão repensar essa relação, propondo a noção de experiência como mediadora entre a determinação das estruturas e as ações humanas". (PETERSEN e LOVATO, 2013. p 177).

historiadores voltados à escravidão e ao pós-abolição, absorveram tais perspectivas para discutir sujeitos negros no Brasil, trazendo a *agência* como noção norteadora destas pesquisas.

No artigo “O pós-abolição como problema histórico: balanço e perspectivas”, um dos trabalhos clássicos sobre o tema, Hebe Mattos e Ana Rios discutem que, as reflexões sobre a escravidão não terminam com a abolição, a partir deste momento começamos a percorrer uma nova estrada da história, com um conceito autoexplicativo, o “pós-abolição”, onde encontramos novas reflexões sobre uma sociedade com negros e negras livres que podem e devem ser concebidos como atores históricos (RIOS E MATTOS, 2004). Além da discussão sobre o campo de estudos, o artigo nos traz métodos e fontes que podem ser utilizados para conceber “o pós-abolição como problema histórico”.

É essencial compreender a diferença entre pós-emancipação e pós-abolição. O pós-abolição se concentra no marco de 1888 em diante, quando ocorre a libertação legal dos trabalhadores escravizados, enquanto o pós-emancipação trata das experiências de libertos e/ou descendentes livres, durante a escravidão e depois da abolição. Por mais dissonantes que sejam, estes dois conceitos, pós-abolição e pós-emancipação, convergem em diversas discussões, como a feita Weimer (2015), em “Felisberta e sua gente: Consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense”, na qual analisa a trajetória de uma família negra residente no atual Quilombo do Morro Alto, no litoral do Rio Grande do Sul. O autor atravessa desde as experiências de libertos numa sociedade escravista, até as vivências de seus descendentes numa sociedade já após 1888, relacionando questões raciais, de classe e gênero.

O pós-abolição é uma área recente, antes do interesse de alguns pesquisadores pelas experiências dos ex-cativos:

apenas a marginalização dos libertos no mercado de trabalho pós-emancipação era enfatizada nas análises historiográficas. Os últimos cativos e seu destino após a abolição atraíam compaixão e simpatia, mas não pareciam apresentar maior potencial explicativo para a história do período. Com a abolição do cativo, os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história, substituídos pela chegada em massa de imigrantes europeus (RIOS E MATTOS, 2004, P. 1).

O pós-abolição tem como premissa priorizar a *agência* dos subalternos, escravizados, libertos ou livres, para compreender o caminho trilhado por estes durante o processo histórico, ultrapassando o clássico pensamento de uma história com atores da elite, para uma *História vista de baixo*.

Diferente do trabalho de Weimer (2015), já apresentado, Wlamyra Albuquerque (2009), em “O Jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil” , não busca construir e discutir uma genealogia e/ou traçar uma trajetória específica, mas sim, revelar através de diversos casos, os processos de racialização nos meios políticos e estatais, evidenciando o racismo institucional, bem como as pressões e movimentos de resistência negra na cidade de Salvador/BA do século XIX. As reflexões da autora nos revelam uma face do pós-abolição e do pós-emancipação, que está em meandros públicos, deixando à mostra os diversos modos operantes do racismo, mas também, como a raça ganhou força e balizou as relações sociais.

As pesquisas na área do pós-abolição crescem cada vez mais, como afirma Tiago Silva (2018) em sua dissertação:

Principalmente a partir dos anos de 2000, houve um crescimento substancial de trabalhos que buscam observar as agências de negros e negras e suas experiências em torno de sociedades Pós-abolição ou em sociedades cujo processo emancipacionista estava em jogo, tanto no Brasil como em outras regiões do continente americano. (SILVA, 2018, P. 61).

Com isso, compreendo que a perspectiva sobre a importância de pesquisas na área tem mudado e avançado no sentido de estruturar melhor o processo de vida destes sujeitos, ajudando assim a compreender também um contexto geral da história do Brasil.

Contexto histórico de Jaguarão

Jaguarão é uma cidade situada em região de fronteira, cujo a história, obviamente, se entrelaça com o país vizinho, o Uruguai.

A região do Rio Prata esteve em disputa desde o início do processo de colonização, por uma série de fatores, mas o principal deles é o fato de o Prata ser uma rota que dá acesso para dentro do sul da América através do Oceano Atlântico, formando além de uma rota de fora para dentro, uma saída fluvial para quem estava distante do mar.

Durante o século XIX, com os processos de independência e a política ao redor do Prata se acirrando, Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai foram atores de diversos conflitos, alianças e interesses que tinham como palco principal o Rio da Prata. A Guerra da Cisplatina (1825-1828), foi um conflito entre Brasil e Argentina pelo controle da região entre os dois países, que contou também com a intervenção inglesa. O fim do conflito resultou na formação do Uruguai.

A Argentina tinha maior controle sob a região de acesso ao Prata, estando em um ponto estratégico, mas também pela herança colonial, sendo Buenos Aires, a partir de 1776, Vice Reinado durante o período colonial Espanhol. O Brasil, tinha interesse pela rota que estava entre os portos de Montevideo e Buenos Aires, ou seja, dependia das relações políticas com Uruguai e Argentina pelo acesso à entrada pelo mar. O Uruguai tinha menos influência no espaço platino, pelo passado colonial ter colocado a Argentina numa posição mais favorável, e também sofrer pressões tanto do Brasil quanto da Argentina, pelo controle do território. No início da Guerra do Paraguai (1864-1870), o Uruguai se aliou ao Paraguai, que buscava acesso mais amplo pelo Rio da Prata, o Império do Brasil conseguiu avançar ao território Uruguaio antes do Paraguai, e estabeleceu-se a tríplice aliança. A Guerra do Paraguai gerou baixas e refletiu econômica e estruturalmente em todos os países citados, um conflito que girou em torno e pela região do Prata.

Jaguarão surge como reflexo dessas tensões em torno da região do Prata, inicialmente como acampamento militar, em 1802, 30 anos mais tarde, em 06/07/1832, seu status é elevado a vila, a “vila possuía considerável comércio, charqueadas e propriedades dedicadas a pecuária” (MOREIRA, 2009, p. 2) e ao longo do século XIX vai se constituindo enquanto um espaço de influência dentro da província de São Pedro.

A região do Prata, assim como as colônias espalhadas pelo mundo, teve mão de obra escravizada como uma das bases econômicas. Pensando nas Américas, haviam também escravizados indígenas, mas a maioria esmagadora dos escravizados eram negros e negras trazidos da África. Com o fim da escravidão nestas regiões, essas populações não desapareceram simplesmente, apesar das políticas de miscigenação e processos de apagamento do passado e história das populações negras nas Américas, esses povos resistiram e suas influências estão presentes nas culturas dessas sociedades.

Entre 1585 e 1835, cerca de 202 mil escravizados foram transportados, destes, quase metade, cerca de 91 mil, vindos da África e cerca de 57 mil do Brasil, para a região do Rio Prata, principalmente no que diz respeito a atual Argentina, Buenos Aires. (BORUCKI, 2021, P.258).

Nestes emaranhados da história Jaguareense, - conhecida por seu patrimônio material e por figuras como Carlos Barbosa - negras e negros, representavam em 1833, parte significativa população da cidade, que entre os

“5.457 indivíduos, divididos entre brancos e pretos, perfazendo 52,34% (2.856) de brancos e 47,66 % (2.601) de pretos. Entre os pretos constam 70 libertos, o que diminui o número dos declaradamente escravos para 46,38 % do total, ainda demonstrativo de um considerável contingente populacional cativo” (MOREIRA, 2009, p. 3)

Em 1859, Jaguarão contava com 5.056 cativos, dentro da Província de São Pedro, apenas Porto Alegre (8.417 cativos), contava com mais escravizados (DARONCO, 2009 Apud LIMA, 2010) , sendo assim, a cidade, e também a fronteira, foi formada com base no trabalho, expressões culturais, religiosas e formas de compreensão do mundo de negros e negras.

Outra característica da região sul do Estado durante o século XIX, são as charqueadas, que funcionavam com mão de obra cativa. Em Jaguarão não foi diferente, charqueadores fizeram fortuna através da mão de obra cativa, dentre as charqueadas de Jaguarão, “duas destas charqueadas pertenciam ao capitão de milícias José Vieira de Cunha, dono da maior fortuna inventariada naquela fronteira [...] (que contava com) 68 cativos, sendo que boa parte destes devia trabalhar na produção do charque” (GULARTE, 2015, P. 75-76).

Gularte ainda diz a:

perspectiva é de que a expansão agrária e o trabalho escravo conjugaram-se e permitiram a consolidação do domínio luso-brasileiro sobre as terras da Fronteira do Jaguarão. Por isso, sustento ainda a ideia de que os cativos tiveram papel fundamental na estruturação produtiva da fronteira, uma vez que sua força de trabalho viabilizou o aproveitamento econômico de uma região de ocupação recente. (GULARTE, 2015, P. 92)

Tal dado nos faz perceber que “Essa mesma população negra escravizada que forjou o patrimônio jaguareense, [...] são negligenciados pela história oficial da cidade” (SILVA, 2015, p. 13), entretanto, nomes como Paulo Moreira, Jonatas Marques Caratti, Tiago Silva, Matheus Bom, Caiuá Al-Alam, Fernanda Oliveira, Andrea da Gama Lima, Allan Cereda, Gabriel Aladren e Rafael Peter de Lima, se debruçam nas pesquisas relacionadas a população negra em Jaguarão, não só

durante o período em que a escravidão ainda vigorava no Brasil, mas também após 1888, levantando questões que ultrapassam o cativo.

Este território fronteiriço, recheado de significados, carregou noções individuais e coletivas quanto a interpretações do espaço. Thompson Flores e Farinatti (2009), fazem um debate com relação à fronteira, discutindo principalmente o século XIX, e trazem a tona discussões, como a levantada por Ieda Gutfreind, de “fronteira barreira”, bandeira levantada pela “matriz lusitana” de historiografia rio-grandense, principalmente entre os anos de 1925-1970, na qual a fronteira é um espaço delimitador entre duas realidades distintas, no caso Brasil e seus vizinhos da América Espanhola, além da perspectiva de que os brasileiros se identificavam com o Brasil e tinham aversão aos vizinhos platinos. Na contramão deste discurso, os defensores da “matriz platina”, diziam haver relações importantes entre os viventes dos diversos lados da fronteira, mas ainda que fossem concepções mais complexas do espaço, também eram norteadas pelo conceito de Estado e Nação (GUTFREIND Apud THOMPSON FLORES e FARINATTI, 2009). Pensar a fronteira como limite, que não permite interação, não é nem próximo da realidade, mas não quer dizer que gera um espaço de união entre “dois povos”, o equilíbrio entre essas perspectivas seria o mais próximo da realidade, compreendendo suas diferenças, mas também suas relações e de que maneira esses sujeitos manejavam a fronteira conforme suas necessidades e a partir das suas vivências no espaço, o que os autores denominam de *fronteira manejada* (THOMPSON FLORES e FARINATTI, 2009).

Fernanda Oliveira, em sua tese, destaca a relação formada neste espaço de fronteira:

Em 2007, compus a equipe de pesquisa sobre experiências de mulheres negras na fronteira Brasil-Uruguai.⁷ Nos depoimentos de mulheres de Jaguarão, a fronteira era acionada como um espaço de vivências negras que se conectava tanto a Pelotas quanto a Bagé e atravessava a fronteira, chegando, especialmente, em Melo (OLIVEIRA, 2017, p.20)

O que significa fronteira para os viventes deste espaço? A complexidade de expor esta experiência e absorver o que significado dela, são pontos distintos. Oliveira pensa uma fronteira negra conectada e demonstra isso através dos clubes sociais negros encontrados nestas cidades e suas relações, aqui destacados os espaços de Melo (Uruguay), Bagé, Pelotas e Jaguarão, aumentando a concepção espacial e geográfica do espaço de fronteira e suas conexões, compreendendo esta não só como fronteira, mas como uma fronteira negra.

Jônatas Caratti (2013), desenvolveu um trabalho que discute os impactos da abolição no Uruguai e no Brasil, analisando as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto. Um trabalho com raízes na micro-história, que ajuda a compreender os processos e percalços dos indivíduos negros que viviam na fronteira e os diferentes significados de ambos os lados. A travessia do Brasil para o Uruguai poderia significar a liberdade, através da fuga, algo que não era tão incomum, mas que deveria ser bem planejado, dando ao lado uruguaio o significado de *Solo da Liberdade*, que por sua vez, também é o título do trabalho de Caratti. Fatores que contam neste processo são: quem busca a liberdade pela fuga para o Uruguai, tem família formada? Em família ou em grupo, a fuga tem maiores riscos, pois se viaja mais devagar, se há crianças ou idosos, ainda mais complexa, pois esses precisam de mais atenção e suporte, se torna mais difícil se esconder e conseguir transporte, pensando no contexto de Jaguarão, o qual Caratti trabalha, necessitaria do auxílio de um barco ou atravessar o rio Jaguarão à nado. Ser parte do cotidiano, a exemplo dos escravizados de ganho, que trabalhavam na rua, como: carregadores, trabalhadores da construção civil, quituteiras, lavadeiras, entre outros ofícios, obtinham nestes trabalhos cotidianos, redes de contato pelas ruas da cidade, o que em caso de fuga, facilitaria o processo (CARATTI, 2013). Tais redes possibilitam que a fronteira seja *manejada*², conforme os interesses e significados que a mesma têm para diferentes indivíduos.

Rafael Peter de Lima (2010), também trata de escravizações ilegais no Brasil meridional e conseqüentemente, Jaguarão. O autor coloca em pauta, a relação estreita entre setores governamentais e o processo de escravização ilegal, contando com a participação de sujeitos vinculados ao governo tanto próprio processo de escravização ilegal, quanto em momentos em estes faziam vista grossa em relação a estes crimes. O que contribuiu para que pessoas sofressem com o cativo, mesmo tendo sua liberdade assegurada em território estrangeiro.

² conceito de *fronteira manejada*, já apresentado anteriormente, relacionado aos processos de fugas pela região de fronteira.

Pós-abolição em Jaguarão

O pós-abolição jaguarense, conta com diversos espaços que podem ser discutidos e boa parte dos espaços da cidade podem ser pensados como espaços racializados, seja na perspectiva de protagonismo negro ou de exclusão destes sujeitos, aqui daremos destaque aos espaços de protagonismo. Um destes é o *Club 24 de Agosto*, um clube social negro³, fundado em 1918, como bem explica Fernanda Oliveira:

A reunião na sede do Círculo Operário Jaguarense, naquela noite de 24 de agosto de 1918, havia se estendido noite adentro, mas, ao término da reunião, os jovens amigos Malaquias Oliveira, que trabalhava por jornadas, e Theodoro Rodrigues, mecânico resolveram conversar sobre a ideia de formar um clube para pessoas negras na cidade heroica, Jaguarão. Afinal, em nenhum dos demais clubes existentes lhes era permitida a entrada. Resolveram então socializar a ideia com os amigos Domingo Ribeiro, comerciante, Merci de Vargas, sapateiro, João Pedro Faria, motorista, Doralino Correia, Humberto Ferreira, Otacilio Farias, Rosalino dos Santos, Natalio Neison da Silva, Magno Dias, José Nunes de Oliveira e Ernesto Faria, jornalheiros. Estes de pronto empolgaram-se com a ideia. Na iminência de dar um nome ao clube, prevaleceu a data de fundação, Club 24 de Agosto. Acertaram ainda que nos meses seguintes procurariam um lugar para fazer as primeiras reuniões e os primeiros bailes, e não esqueceram-se do carnaval, sendo que nos anos subsequentes fizeram um grande sucesso ao colocar na rua uma comparsa, ou seria um cordão? Bem, a denominação não importava tanto, afinal, a vida na fronteira tinha desse linguajar que misturava português e espanhol. (OLIVEIRA, 2017, p. 84)

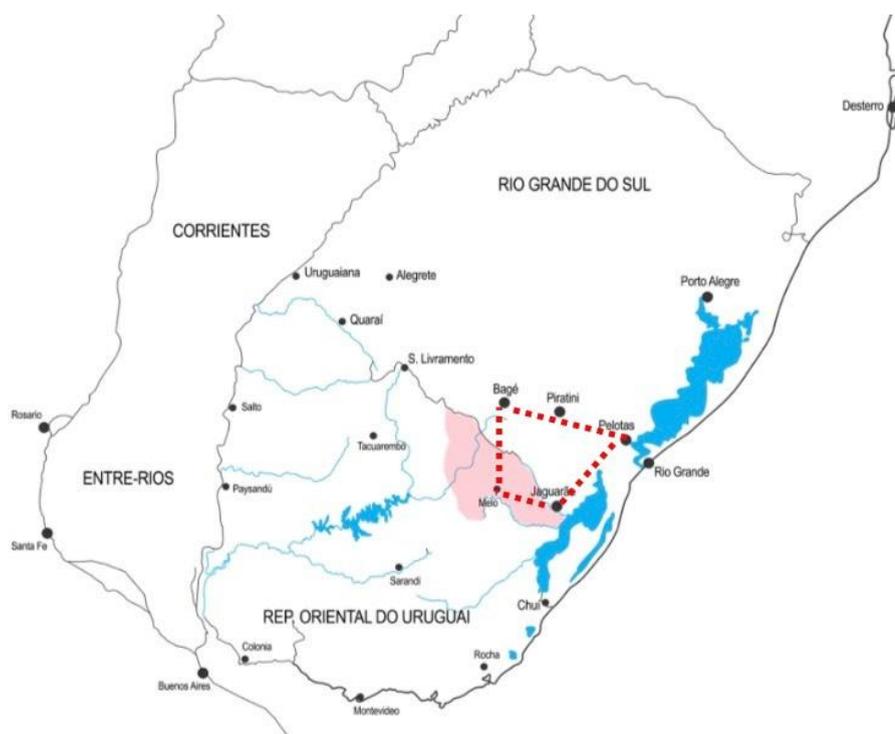
O *Club 24 de Agosto* é um espaço que demonstra processos de desenvolvimento do associativismo negro nesta fronteira, estabelecendo relações com espaços como o círculo operário, mas que surge também da necessidade de trabalhadores que eram “impedidos de frequentar, em função da cor, outras sedes sociais da cidade” (LOPES, 2015, p.17.), entre eles estavam os diversos sujeitos e ofícios que transitavam na cidade, como jornalheiros, mecânicos, sapateiros, comerciantes, etc. demonstrando também esses sujeitos negros como parte fundamental deste operariado brasileiro, que em muitos momentos caímos na cilada de pensar como braços e/ou imigrantes.

Fernanda Oliveira também estabelece relações entre o *Club 24* e outros pontos clubes da fronteira, como: Pelotas, com o *Fica Ahí Prá Ir Dizendo* (1921); Bagé, com os clubes *Os Zíngaros* (1936) e *Palmeira* (1948); Melo (Uruguai), o

³ Essa expressão, Clubes Negros, vem de iniciativas de valorização do patrimônio material e imaterial desses espaços, cunhada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). (NUNES, 2010, p. 36)

Centro Uruguay (1923). Estes são espaços relacionados ao associativismo, mas para além disso, associativismo negro, não tratando apenas de clubes sociais em regiões de fronteira como um todo, mas clubes sociais negros, que estão ligados pela circulação de informações nestes espaços da fronteira meridional.

Mapa 2 - Relações da fronteira Sul



Fonte: MUGGE, Miquéias H. 2016, p. 146. (alterações feitas por mim em vermelho)

O mapa apresentado ilustra a região e contribui para compreendermos os espaços citados anteriormente.

Nos anos que se seguiram à fundação do *Club 24*, principalmente a partir dos anos 1920, o *Cordão Carnavalesco União da Classe*, vinculado ao *Club 24 de Agosto*, que trazem e evidenciam “suas características étnicas – quando o cordão carnavalesco União da Classe compõem canções que trazem elementos de festividades afro-brasileiras”(NUNES, 2010, p. 35). Nunes também aponta a relação do título com as categoria social destes sujeitos, pensando tal denominação (*União da Classe*), com lugar social desses sujeitos e o momento histórico em que estavam inseridos:

de acordo com o contexto histórico vivido pela comunidade negra de Jaguarão foi necessário vincular-se a uma categoria de classe, operários, trabalhadores, como forma de integrar-se na sociedade de classes – quando, na segunda metade do século XX, começou um movimento de retomada à valorização da cultura afrobrasileira, o cordão do Clube 24 mudou de nome, passando a chamar-se Bataclan, vestindo suas rainhas com fantasias étnicas, com roupas de baianas (NUNES, 2010, p. 36)

O Círculo Operário se mostra um espaço de inserção na sociedade, pois além de ser um espaço que unia diversas categorias de trabalhadores, também visava o letramento e o lazer, como aponta Vergara:

Jaguarão não contava com a oferta de alfabetização no turno da noite e a S.O.J (Sociedade Operária Jaguareense), trouxe esta proposta aos trabalhadores para que pudessem ter acesso à educação, esta oferta era estendida a toda população. Também não contavam com espaços de socialização, que passaram a ser oferecidos por esta Sociedade. Quanto à ajuda financeira entendo que esta é oferecida exclusivamente aos sócios da Sociedade e seus familiares, e era dada em casos de doença, e auxílio à família em caso de morte. (VERGARA, 2019, p. 48)

A relação entre estes espaços e a constituição de movimentos, ainda que não necessariamente calculados, criam redes de desenvolvimento de classes e grupos étnicos colocados como subalternos dentro das estruturas sociais, buscando a alteração de paradigmas do cotidiano. Assim como escravizados buscam a liberdade, grupos subalternizados da sociedade buscam acessar outras categorias sociais e ascender socialmente.

A comunidade negra em Jaguarão estava espalhada pela cidade e, além destes sujeitos vinculados ao Círculo Operário haviam negros e negras que não conseguiam acesso à esses ofícios, dentre estes estão os moradores do Cerro da Pólvora, que “foi um lugar no qual a comunidade negra teve presença muito marcante”(ROSA, 2015, p. 23), região mais alta da parte urbana de Jaguarão, onde havia uma pedreira. Com a precariedade para se inserirem em empregos nas áreas mais centrais e serviços relacionados a esse operariado, “restava-lhes como alternativa o trabalho manual na pedreira, na pecuária e na agricultura” (ROSA, 2015, p. 23).

Marcadamente um espaço de baixa renda e região de extração, o Cerro e seus moradores conviviam com explosões que faziam parte do processo de extração. A perspectiva de expansão da pedreira, gerou um processo de remoção dos residentes do bairro, entre os anos 1960-70, – período em que o Brasil estava

sob regime ditatorial – “os que viviam perto da pedreira (nas áreas de risco) eram negros com casas insalubres e propensos a quaisquer explosões, podendo perder a residência e a vida”(ROSA, 2015, p. 40). entretanto, em sua pesquisa, Rosa pôde “perceber que a remoção dessas famílias do Cerro para o Kennedy foi carregada de sentimentos, pois nem todos queriam sair de suas casas e romper com sua história” (ROSA, 2015, p. 37).

Qualquer pessoa que resida em Jaguarão por algum tempo, percebe a relação da cidade com religiões de matriz africana, em festas e expressões culturais, além de espaços e conversas cotidianas sobre o assunto da religiosidade. Corrêa (2017) evidencia a presença afro-religiosa através de um estudo de caso, no qual discute um terreiro de Candomblé Angola da cidade, a casa da Mãe Nice D’Xangô, que está situada entre os bairros Vencato, Cerro das irmandades e o já citado Cerro da Pólvora. O autor cita que existem mais de 200 terreiros na cidade, o que levanta uma questão: por qual motivo uma cidade de menos de 30.000 habitantes, na ponta do Brasil, tem tantos terreiros? A título de comparação, Salvador, uma cidade de 2.886.698 habitantes, conta com 1.165 terreiros cadastrados. Evidentemente, a relação de Jaguarão com a religiosidade tem grande influência dos cativos que por aqui viveram, demonstrando mais uma vez singularidades deste espaço de fronteira no que diz respeito a constituição cultural e a relação desta com os sujeitos negros.

O Quilombo Madeira é outro espaço do pós-abolição que deve ser tratado no pós abolição Jaguareense. O reconhecimento do quilombo, em 2010, faz parte de políticas de reconhecimento à povos remanescentes, que visa tratar da titulação das terras, mas também de políticas públicas para melhorias nas condições cotidianas desses sujeitos.

Os sujeitos que serão abordados no próximo capítulo e que objetivamente são os protagonistas deste trabalho, fazem parte também da genealogia do Quilombo Madeira, quilombo este que não conta ainda com um laudo histórico-antropológico ou Relatório Técnico-científico (RTC)⁴, processo que este trabalho também visa contribuir. Questões sobre o Quilombo Madeira e esses sujeitos serão aprofundadas adiante.

⁴ Tais categorias serão abordadas no Capítulo III deste trabalho.

CAPÍTULO II - “A Linha de Fronteira se Rompeu”: Os Laços e os Frutos de Relações entre Negros e Negras da Fronteira Brasil - Uruguai

Nas linhas que se seguem, me proponho a tratar de um casal, dona Maria Delfina Faria Madeira, uma mulher negra e seu Amilton Avila Madeira, um homem negro. Estes servem como vetor para esta pesquisa por uma singularidade, têm em comum uma vinculação binacional de filiação, tendo ela, pai brasileiro e mãe uruguaia, e ele, pai uruguaio e mãe brasileira.

As fontes utilizadas neste sentido foram: oralidade; documentos públicos, quatro certidões de óbito obtidas no cartório de Registro Cível de Jaguarão; documentos eclesiásticos obtidos na Igreja Matriz de Jaguarão, encontrado após algum pesquisando no acervo contido na igreja e um documento de partilha de bens inventariados, disponibilizado pelo casal Amilton e Maria.

Nesse sentido, algumas considerações teórico-metodológicas: Um dos trabalhos que dão base para esta monografia, é o já citado “Felisberta e sua gente: Consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense” (WEIMER, 2015), no qual o autor utiliza relatos, obtidos através de entrevistas gravadas, para compreender o processo histórico desta família e conseguindo, através dos nomes recuperados por um estudo genealógico, encontrar fontes documentais destes familiares da família de Felisberta século XIX adentro, podendo assim relacionar as fontes orais e documentais para compreender a vida destes sujeitos mais afundo.

A fonte oral é obtida através de entrevistas gravadas e posteriormente transcritas, para enfim serem analisadas (ALBERTÍ, 2008). Tal processo exige um grau de preparo, para constituição das perguntas num sentido que responda às dúvidas do pesquisador e alcance o objetivo da pesquisa (nesse caso, compreender o passado e formação de um grupo familiar negro nesta região de fronteira), mas também não se pode fugir das questões suscitadas pelos entrevistados, por exemplo: se surgir alguma história com relação ao passado destes sujeitos, talvez essa história sirva para levantar outros debates dentro trabalho e agregue na pesquisa de diferentes maneiras.

A História Oral requer tato na relação diádica, pois trata do sentimento do indivíduo com relação ao passado. Segundo Pierre Nora:

(a memória) é aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações [...] é afetiva e mágica. (NORA, 1993, p. 3)

O autor elucida tais questões quanto à memória, sem transformá-la em um monstro que nunca deve ser utilizado, mas sim, discutindo questões sobre o tema para que possamos compreendê-lo de maneira mais ampla e complexa, entendo que não somente a fonte documental deve ser problematizada, mas também a memória enquanto “vida, carregada por grupos vivos” (NORA, 1993, p. 3).

Albertí (2008) argumenta que devemos analisar a fonte oral como *documento monumento*⁵, proposto por Le Goff (1984) fazendo uma análise crítica, fragmentando e questionando a fonte durante o processo de análise.

A pesquisa oral exige certo grau de confiança entre entrevistador e entrevistado, pois a confiança liberta informações que a desconfiança não permite, ou seja, chegar na casa de alguém que nunca viu antes e sair fazendo perguntas com relação ao passado não é a melhor opção, criar contato, conhecer as pessoas, além de fazer bem as próprias relações de amizade, torna a pesquisa mais próxima da realidade destas lembranças.

A História Oral foi muito questionada, principalmente quanto à confiabilidade dos fatos descritos pelos depoentes, por historiadoras/es vinculados a correntes positivistas e à historiografia do século XIX, que acreditavam que os documentos públicos eram o único caminho confiável para a construção da História.

Segundo Albertí (2008), um marco dos estudos da História Oral, é 1948, com a criação do gravador a fita e a criação do Columbia University Oral History Research Office, constituindo métodos e um espaço de discussão sobre o tema.

⁵ “O documento é monumento. Resultado esforço das sociedades históricas para impor ao futuro-voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao 183 Fontes históricas historiador não fazer o papel de ingênuo. [...] um monumento é em primeiro lugar uma roupa, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.” Jacques Le Goff "Documento/monumento", Enciclopédia Einaudi, v. 1: Memória História, s/l (Portugal), Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

No Brasil, a criação da Associação Brasileira de História Oral, em 1994 e posteriormente, a revista História Oral, em 1998, criam espaços de disseminação destes trabalhos. A criação do LABHOI (Laboratório de História Oral e Imagem), em 2001, também contribui significativamente para os estudos na área, além da constituição de um acervo.

Com o avanço tecnológico, atualmente é possível fazer gravações de alta qualidade com um smartphone, o que torna mais acessível a estudantes e pesquisadores efetuar trabalhos de entrevistas, como é o meu caso, em que o smartphone serve para realizar as gravações.

O primeiro contato com representantes da comunidade Madeira para discutir se aceitavam e gostariam de ser protagonistas das pesquisas por mim elaboradas, foi feito em 2019, tendo em vista que 2020 seria meu último ano de graduação. Já estava tudo encaminhado para o melhor andamento possível, entretanto as condições mudaram. Vivenciamos um momento único na história do mundo, a pandemia do Covid-19, que já vitimou milhões de pessoas até o dado momento e segue assombrando a população mundial e mais fortemente o Brasil, que contou no contexto pandêmico com um governo negacionista, que custou a levar em consideração a ciência e os órgãos mundiais de saúde.

Em 2021 o contato foi retomado e foi possível realizar as entrevistas. Entretanto, tal conjuntura limitou a execução do trabalho, sendo necessária a introdução de novos cuidados ao cotidiano de pesquisa. As proposições metodológicas necessárias para efetuar o trabalho foram: distanciamento de dois metros entre entrevistador e entrevistado; o entrevistador fez uso de máscara e os entrevistados estiveram sem máscara apenas nos momentos em que foi necessário falar. Lembro também, que os entrevistados e o entrevistador já estavam vacinados contra o Covid-19 no ato das entrevistas.

Não foram as melhores condições de pesquisa, mas foram possibilidades encontradas para que o trabalho fosse posto em prática, e pudesse ser entregue à comunidade um trabalho de mais fôlego sobre sua história.

No dia 15 de Junho, de 1963, casaram-se⁶ Amilton Avila Madeira e Maria Delfina Faria (Quadro)⁷ Madeira, nascidos respectivamente em 1939 e 1942. Seu Amilton nasceu e cresceu na zona rural, região do Cerrito, 3º distrito de Jaguarão, e Dona Maria cresceu numa localidade próxima, também no 3º distrito, denominada “Quilombinho”.

O lado de dona Maria

Dona Maria, nascida em cinco de Abril de 1942, é fruto de uma relação entre um homem negro brasileiro, Antonio Maria Faria (Quadro), nascido em nove de novembro de 1892, e uma mulher negra de nacionalidade uruguaia, Leontina Lima Faria (Quadro), a qual não consta data de nascimento, entretanto, tinha 65 anos quando faleceu, em 1971, ou seja, nasceu aproximadamente, em 1906.

Em um trecho da entrevista realizada no dia 12 de novembro de 2021, o senhor Amilton Madeira, conta como seu Antônico, como era chamado o pai de Dona Maria, conheceu Dona Leontina:

“contava que arreventou uma revolução e chegavam nas casas e tinha um que tava ali e (diziam) “vamo pra lá pra ajudar a peleia, ajudar a defender...”. aí o finado Antonio diz que tava no finado Zeca Faria e veio uns policial a cavalo, dois ou três, aí deram ordem de prisão pra ele, que ele ia ter que seguir eles pra ajudar a peleia contra não sei o que [...] ali não havia corredor, hoje é tudo dividido os campos (entrevistador: “ah, hoje é tudo cercado..”) e aí diz que vinha com ele a cavalo e ele disse “ olha, aquela casa ali é onde eu tô, que eu moro ali e vocês vão me levar?” e eles disseram “sim”, “tá, então vou chegar ali pra pegar minha roupa”. o cara enganou eles, não morava ali coisa nenhuma e então disseram “tá, a gente te espera aqui e tu vai pegar suas coisas” e o cara agarrou a la direita, se desviou e oh (fugiu). diz que era de tarde isso, e ele deitou pra costa do Uruguai, aí quando ele chegou na beira da costa, já deinoitezinha, diz que via o fogo dos dois lados da estrada, já tavam atacando pra não passar gente daqui pra lá, que tinha arreventado a revolução pra não passarem pro Uruguai. e diz que ficou, que tinha fogo e pessoas falando, e diz que com, com um cavalo malara, apertou bem a xinxa do cavalo e viu aquela... e foi indo, foi indo, quando tava bem escuro que tavam tudo na beira do fogo fazendo.. e ele diz que carregou aquele cavalo malacara e passou pelo meio deles [o entrevistado aumenta o tom de voz], que era um risco, e quando deram dois ou três tiros ele já tava lá dentro do arroio e passou pro lado do Uruguai, foi quando ele casou com a mãe dela (mãe da Dona Maria).

Entrevista concedida por Amilton Avila Madeira e Maria Delfina Faria Madeira, no dia 12 de novembro de 2021.

⁶ Fonte: Anotação feita no registro de batismo de dona Maria, indicando data e paróquia em que foi realizado casamento entre Maria e Amilton.

⁷ A família *Quadro* mudou o sobrenome para *Faria*, o tema será discutido mais adiante.

Assim então, foi para o Uruguai, onde conheceu Leontina, o casamento foi realizado na República Oriental do Uruguai (não consta data do casamento na fonte)⁸ e algum tempo depois retornaram juntos ao Brasil. Seu Amilton e dona Maria não sabem qual a data ou conflito foi esse responsável pela partida de seu Antônio, entretanto, pelos conflitos do Rio Grande do Sul que se deram na primeira metade do século XX, tudo indica ser a “Revolução de 1923”.

Segundo Fábio Kuhn:

A Revolução de 1923 teve como suas principais causas a política borgista de desenvolvimento global da economia gaúcha, que afetou os interesses do setor pecuarista, além da grande incidência de fraude eleitoral nas eleições de 1922. Em função disso, a parcela oposicionista da elite gaúcha foi às armas para tirar Borges do poder. Articularam-se três grupos oposicionistas: os federalistas (que tinham entre suas principais lideranças Wenceslau Escobar e Raul Pilla), os democratas (liderados por Assis Brasil e Fernando Abbott) e os dissidentes republicanos (comandados por Pinheiro Machado e pelos Menna Barreto). (KUHN, 2002. Não paginado)

O conflito teve seu fim com o Pacto de Pedras Altas, em 14 de dezembro de 1923, “pelo qual ficou estabelecido que seria revisada a Constituição positivista e que Borges, completado seu quinto mandato, não mais se reelegeria” (KUHN, 2002).

Kuhn também destaca que a Revolução de 1923, assim como Revolução Federalista, foi um conflito envolvendo tropas coronelistas⁹, outro indício que relaciona o relato de seu Amilton com esse movimento, pela nítida tentativa de recrutamento forçado sofrido por Antônio.

A travessia de seu Antônio para o Uruguai como fuga, remonta questões já apresentadas no Capítulo I, onde o Uruguai podia ser o *Solo da Liberdade*¹⁰ para cativos durante a vigência da escravidão (CARATTI, 2013), mas neste caso, ele foge de um recrutamento forçado. Seu Antônio fez uma escolha de localidade para onde iria, constituída a partir de sua compreensão geográfica e relações estabelecidas

⁸ Fonte: Certidão de Óbito de Leontina Lima Faria. Encontrada no Cartório de Registros Cíveis de Jaguarão.

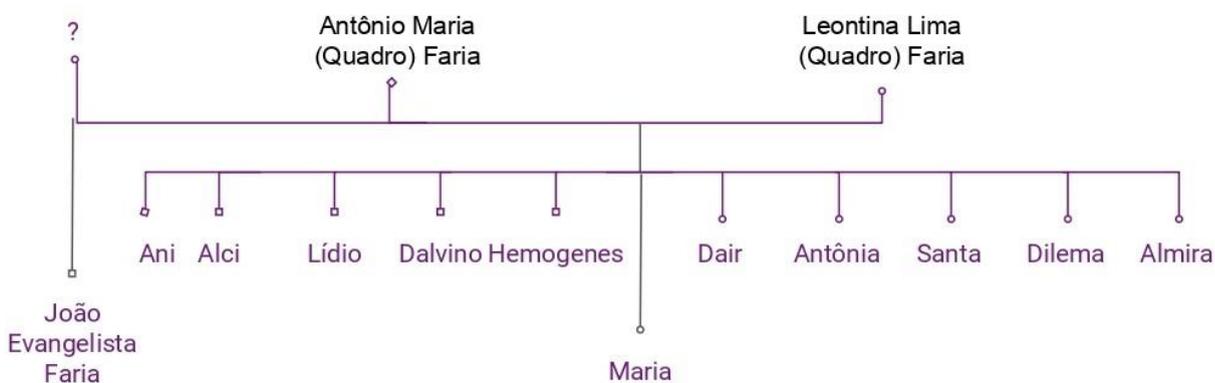
⁹“o coronelismo é um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis” (CARVALHO, 1997), sendo os coronéis indivíduos de poder local, manejando cargos e posições de poder regionais, mas também constituíam, a partir desse poder, milícias locais sob seus comandos.

¹⁰*Solo da Liberdade* apresentado no primeiro capítulo, no qual o Uruguai, na relação do espaço de fronteira, se tornava possibilidade de fuga, compreendendo o período em que a escravidão no Uruguai já havia sido abolida e no Brasil ainda estava em vigência. Podendo também negros e negras do país vizinho, serem sequestrados por brasileiros e serem escravizados ou reescravizados em solo brasileiro.

previamente neste espaço, em seus passos, Antônio manejou¹¹ a fronteira conforme suas necessidades.

A aversão em participar de um conflito armado, que para Antônio não tinha sentido envolver-se, culminou num exílio e, por sua vez, no encontro com Leontina. Juntos tiveram 11 filhos, além de um filho mais velho, que nascera antes da fuga de Antônio para o Uruguai.

Figura 1: Árvore genealógica da família Lima Faria (Quadro)



Árvore genealógica da família Lima Faria (Quadro), constituída através de relatos e Certidões de Óbito.

Interlúdio I - “Quadro Negro”: Os brancos Faria e o surgimento dos negros Faria

“Papai me dizia que se assinou Faria porque trabalhava pros Faria”

- Dona Maria

Durante uma das conversas com dona Maria, descobri que o sobrenome de sua família havia mudado de *Quadro* para *Faria*. Segundo ela, o processo de mudança de sobrenome gerou os negros Faria, núcleo familiar de dona Maria, e os brancos Faria, que por sua vez eram os patrões tanto da família de dona Maria quanto da família de seu Amilton.

¹¹ conceito de *fronteira manejada*, já apresentado anteriormente, relacionado aos processos de fugas pela região de fronteira.

Ao longo da pesquisa, tive acesso aos documentos armazenados na Igreja Matriz de Jaguarão, Paróquia do Divino Espírito Santo. Certa tarde, depois de dias vasculhando a documentação da Igreja, em uma página daqueles grandes livros, finalmente encontrei algo, o registro de batismo de Maria Delfina.

Dona Maria foi batizada no dia oito de outubro de 1947, pelo padre Vigário, na Capela do Cerrito, uma Capela situada na região da Campanha, também na 3ª Zona de Jaguarão e vinculada à Paróquia Imaculada Conceição. Seus padrinhos foram Arquimimo Leite e Deotilde Faria. Entretanto, para minha surpresa, aquela fonte pôde revelar muito mais do que seu ano de batismo ou seus padrinhos. Havia também uma alteração no nome de seus pais, que confirmava aquilo que dona Maria já havia comentado.

Nome do batizado: <i>Maria Delfina</i>	Aos <i>08</i> de <i>Outubro</i> de mil novecentos e <i>quarenta e sete</i>	<i>15</i> de <i>Junho</i> de <i>63</i> casou no
(1) N.º <i>396</i>	(4) na <i>Capela do Cerrito</i>	paróquia de <i>S. Conceição</i> Diocese
(2) Filiação: <i>S</i>	(5) batizou solenemente a <i>Maria Delfina</i>	de <i>Pelotas</i> perante o Revdo. Pe
(3) Nacionalidade dos pais: <i>Brasileiros</i>	nascida (6) em <i>Jaguarão</i> aos <i>cinco</i>	<i>José Américo Caponi Malta</i>
Sero <i>Fern</i>	de <i>08</i> de mil novecentos e <i>quarenta e sete</i>	<i>A. Madeira</i> de <i>24</i> anos de idade,
Logar do bat.: <i>Capela do Cerrito</i>	filha <i>S</i> de <i>Antonio Maria de (Quadro) e Leontina de (Quadro) Faria</i> ; ele natural de <i>Jaguarão</i>	filho de <i>Américo Madeira</i>
Data da 1.ª Com.: _____	e ela de <i>Jaguarão</i>	<i>Maria Avila</i>
Data da confir.: _____	residentes (8) em <i>Jaguarão</i>	sendo testemunhas
	Casados na igreja _____ Diocese de _____	<i>Adornia Mirianda</i>
	Foram padrinhos <i>Arquimimo Leite</i>	e <i>Jil. A. de Faria</i>
	e <i>Deotilde Faria</i>	(*) _____
	O Pároco <i>Vigário de Maria</i>	

Fonte: Registro de batismo. Encontrado no Livro de Batismos de 1947, alocado na Igreja Matriz, Paróquia do Divino Espírito Santo, em Jaguarão. (Acervo não catalogado)

Do lado direito, é possível perceber registros à caneta azul feitos no livro, dando informações do casamento entre dona Maria e seu Amilton, em 1963 - informação exposta no início do Capítulo II - ou seja, estas inclusões no registro de batismo foram feitas pelo menos 16 anos após o registro inicial do documento. Além disso, os nomes de seus pais no registro inicial estão como “*Antônio Maria Quadro e Leontina de Quadro*”, mas foram efetuadas alterações, também à caneta azul, de seus nomes, colocando o *Quadro* entre parênteses e incluindo o *Faria* em seu lugar.

Segundo eles, haviam também outros que provavelmente tiveram essa prática relacionada ao sobrenome *Faria*, citam o “finado Belmiro Faria”, um “nego véio” que se alojou por lá e trabalhava também para os brancos *Faria*, e seguiu “se

assinando Faria”. Complementam dizendo que “quando eram moço, às vezes não era registrado, então acho que muito [...] desses moreno véio se assinaram Faria”

Durante o período da escravidão, não era incomum escravizados e ex-escravizados incorporarem os sobrenomes de seus senhores ou ex-senhores. Segundo Weimer (2007) “Ex-escravos, em número crescente naquela década de 1880 [...] necessitavam, a partir de uma nova condição social, assumir um sobrenome” (p. 221), mas houveram diversos casos também fora da lógica escravista, já no pós-abolição.

no pós-abolição os cativos lutaram para viver para sí, sendo seu grau de enfrentamento com os ex-senhores o estritamente necessário. E a colaboração também. E, se lhes fosse favorável, de seus nomes (WEIMER, 2007. p. 235)

Nesse sentido, podemos discutir as possibilidades e os processos que levaram os *Quadro* a se tornar *Faria*. Uma destas reflexões é o denominado *Paternalismo*. Para E. P. Thompson, o conceito de *paternalismo* exige “relações próximas que subentendem noções de valor. Confunde o real e o ideal”, entretanto, diz que o termo não deve ser deixado de lado por poder ser utilizado de maneira generalista, mas que pode, sim, ser utilizado para entender relações sociais em sociedades escravocratas, “não só da ideologia, mas da real mediação institucional das relações sociais” (THOMPSON, 1991, p 32). Sidney Chalhoub também atenta para a dificuldade em usar o paternalismo: “O conceito de paternalismo é complexo, a palavra precisa ser usada sempre levando-se em conta certas cautelas” (2003, Não paginado).

Chalhoub, na obra “Machado de Assis, Historiador”, diz que:

(o paternalismo) trata-se de uma política de domínio na qual a vontade senhorial é inviolável, e na qual os trabalhadores e os subordinados em geral só podem se posicionar como dependentes em relação a essa vontade soberana. Além disso, e permanecendo na ótica senhorial, essa é uma sociedade sem antagonismos sociais significativos, já que os dependentes avaliam sua condição apenas na verticalidade, isto é, somente a partir dos valores ou significados sociais gerais impostos pelos senhores, sendo assim inviável o surgimento das solidariedades horizontais características de uma sociedade de classes. Não é preciso observar que os movimentos de Estácio no romance são uma exposição mais do que convincente dessa acepção da palavra paternalismo.(2003, Não paginado).

Entretanto, Chalhoub complementa:

Todavia, já há cerca de três décadas de produção acadêmica na área de história social para demonstrar que, se entendido unicamente no sentido mencionado, o paternalismo é apenas uma autodescrição da

ideologia senhorial; ou seja, nessa acepção, o paternalismo seria o mundo idealizado pelos senhores, a sociedade imaginária que eles se empenhavam em realizar no cotidiano. (2003, Não paginado).

Assim, podemos compreender que essa lógica de idealização de controle senhorial não podia conter ações nas quais cativos, libertos ou livres utilizassem dessa mesma lógica de vinculação a seus próprios serviços, inclusive no pós-abolição. Em entrevista, seu Amilton diz: “o meu pai qualquer coisa, qualquer problema que tinha ele ia apelar, ele ia lá nos Faria [...] pra resolver” (Entrevista concedida dia 12 de novembro de 2021) e que até hoje existem Faria advogados e que o próprio senhor Amilton às vezes o busca para resolver questões. Ou seja, Amilton utiliza destas relações formadas por seu avô e por seu pai até a atualidade para resolução mais rápida de problemas que podem surgir no cotidiano.

Para concluir esta passagem, quero levantar a seguinte hipótese: Que estes sujeitos mudaram seu sobrenome numa perspectiva de vinculação com aquela família nas relações sociais cotidianas, pelo fator simbólico deste sobrenome na região, pelo significado que “ser um Faria” podia carregar e os benefícios que isso poderia trazer para suas vidas, pois “as palavras e os nomes constroem a realidade social tanto quanto a exprimem [...]” (BOURDIEU, 2000. P. 162).

O lado de seu Amilton

Amilton Avila Madeira, nascida em 28 de abril de 1939, dos laços criados entre Marina Avila Madeira, uma mulher negra brasileira, que faleceu com 76 anos, em 1971, nasceu provavelmente, em 1895, e Aurélio Madeira, que segundo o registro de óbito, nasceu em dois de dezembro de 1898. Nas fontes obtidas, Aurélio foi registrado como brasileiro e branco, entretanto, segundo seu filho Amilton, Aurélio era “índio” e teria nascido na República Oriental do Uruguai. Não era incomum pessoas serem registradas tempos depois de seu nascimento e neste caso, é possível que o senhor Aurélio tenha sido registrado após a vinda para o Brasil.

Segundo depoimento do senhor Amilton, seu pai Aurélio, se mudou para o Brasil ainda na juventude na companhia do pai (não se sabe a idade exata), Manoel Madeira (pai de Aurélio e por sua vez, avô de Amilton), juntos foram para a região da campanha de Jaguarão, na localidade do Cerrito e lá se vincularam à família Faria, numa relação patrão - empregado. Os Faria eram uma família branca, com grandes

extensões de terra e poder aquisitivo, uma família abastada que até a atualidade conta com posses e lugares de poder dentro da cidade.

“O pai dele (Manoel, pai de Aurélio) era lavrador e vieram aqui pro Brasil. E aí o pai dele faleceu aí e ele ficou aí. Tinha um centro ali que era só Faria [...] e ele ficou, ficou trabalhando com os Faria aí [...] e os Faria prometeram uma fração de campo pra ele”

Entrevista concedida por Amilton Avila Madeira e Maria Delfina Faria Madeira, no dia 12 de novembro de 2021.

Neste processo de vinda para Jaguarão, Aurélio conheceu Marina e ficaram juntos até a morte dela, em 1971. Das divergências em documentações, uma chama bastante atenção, na certidão de óbito de Aurélio, falecido em 1985, consta que “era viúvo de Angela Marina Avila”, mas o nome que consta em todas as outras documentações é Marina Avila Madeira. Outra divergência, diz respeito aos bens de Marina, na certidão de Óbito diz que “não deixou bens”, mas existe um documento de partilha de bens de Marina, datado de 1976 (cinco anos após a sua morte), no qual consta:

uma fração de campo, situado no terceiro sub-distrito deste município, lugar denominado “Cerrito”, com a área superficial de quatorze hectares e cinquenta e dois ares (14ha. 52a.), confrontando pela frente com a estrada municipal que vai do Cerrito a Herval do Sul, por um lado, com Araci Horner, pelo outro, com Joana Rodrigues, e pelos fundos, com sucessão Wlater Horner, havida por compra de Francisco Gedeão de Faria, no ano de 1914 [...] avaliado o hectare por Cr\$ 2.500,00, e toda a fração por 36.300,00 cruzeiros.

Fonte: documento de partilha. Inventário: Marina Avila Madeira Inventariante: Aurélio Madeira e Herdeiros: 7 filhos (09/07/1976)

Ao que indica esta fonte, esta fração de campo não foi doada, mas sim comprada de Francisco Gedeão Faria. A doação de frações de terras era prática comum como uma forma de recompensar trabalhadores (RUBERT, 2005), em alguns casos ainda no período da escravidão e também no pós-abolição. Esta fração de terra adquirida pelos Madeira é o local onde está situado atualmente o Quilombo Madeira.

O Estado do Rio Grande do Sul, segundo dados da Fundação Palmares, tem 137 quilombos reconhecidos, sendo o sexto estado com maior número de quilombos¹² reconhecidos do Brasil, ficando atrás apenas de Pernambuco, Minas Gerais, Pará, Maranhão e Bahia, sendo este último o que conta com o maior

¹²<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/quadro-geral-por-estados-e-regioes-05-02-2021.pdf>

número. Tais processos de reconhecimento são possíveis graças às novas noções de quilombo¹³, nas quais estes não necessariamente estão vinculadas à quilombos do período escravista ou como esconderijo e refúgio, mas sim, espaços negros de resistência, constituídos historicamente por descendentes de escravizados. Alguns exemplos (os mais recorrentes), são quilombos formados a partir de doações de terra ou por heranças dadas por seus patrões e ex-patrões deles próprios ou de seus antepassados (RUBERT, 2005), como os exemplos dos quilombos de Casca e Limoeiro, situado entre os Municípios de Mostardas e Palmares do Sul (MOLET, 2013), ou a comunidade do Ipê, situada em São Sepé (RUBERT, 2007). Assim como outros outros exemplificam:

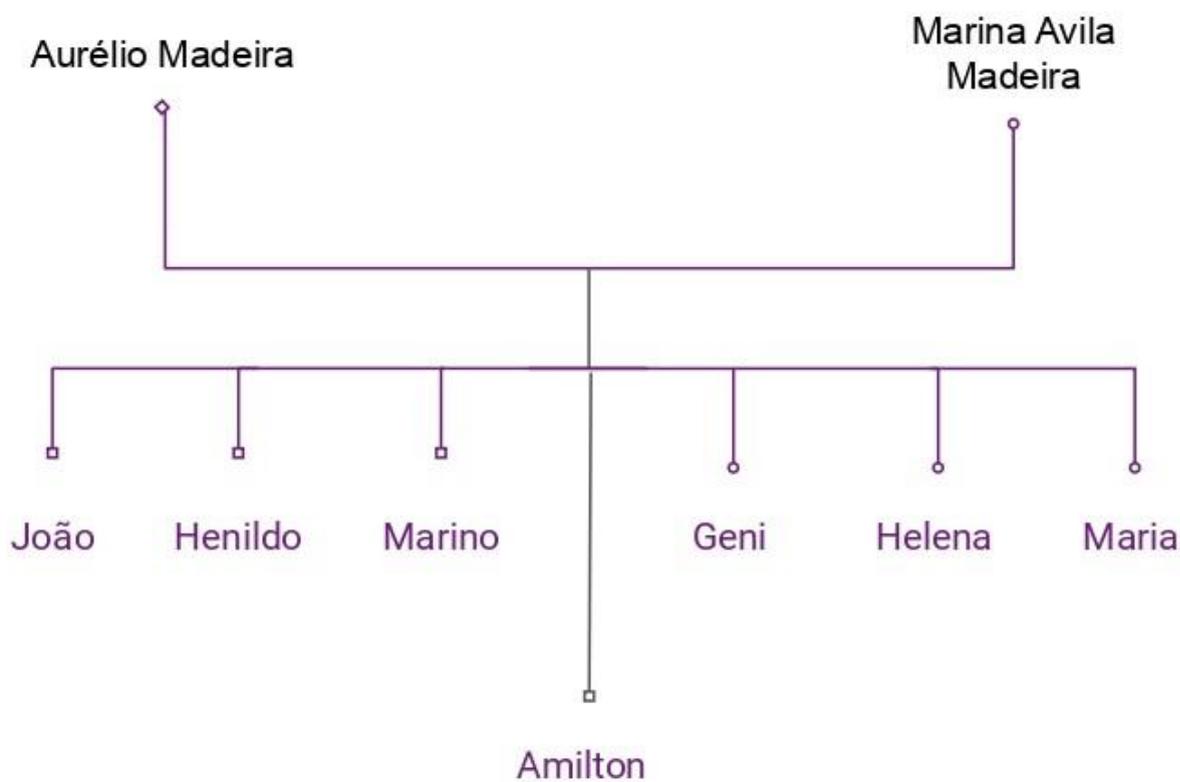
os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção. (SCHMITT, MANZOLI TURATTI e CARVALHO. 2002, p.3).

Entretanto, este não é o caso dos Madeira, talvez os Faria realmente tenham feito essa oferta, como disse seu Amilton “os Faria prometeram uma fração de campo pra ele”, mas este documento de partilha e conversas posteriores com seu Amilton revelaram que esta terra foi adquirida através da compra.

O encontro entre Aurélio e Marina, gerou 7 filhos:

¹³ As noções de quilombo serão aprofundadas no terceiro capítulo.

Figura 2: Árvore genealógica da família Avila Madeira



Árvore genealógica da família Avila Madeira, constituída através de relatos e Certidões de Óbito.

As trajetórias familiares de seu Amilton e dona Maria se cruzam nas relações com a fronteira, demonstrando trilhas diferentes, mas que culminaram em formações de famílias que têm relação entre Brasil e Uruguai, constituindo laços, sejam eles pelas consequências de um conflito ou pelas mãos de um agricultor que atravessou a fronteira com seu filho. Retornando a questões levantadas no capítulo I, até que ponto esta fronteira divide estas pessoas? Até onde vai esta fronteira? Nos casos apresentados, podemos perceber a linha de fronteira se rompendo e alcançando outras perspectivas e noções sobre o espaço, onde os agentes atuam nela conforme seus interesses e necessidades.

Figura 3: Fotografia de festa de aniversário da Família Faria Madeira nos anos 1990



Fotografia da metade dos anos 1990. No centro: Dona Maria, segurando sua neta que fazia aniversário e seu Amilton ao seu lado.

Figura 4: Fotografia do casal Maria e Amilton em 2022



Fotografia de Amilton e Maria, capturada por mim no dia 22 de junho de 2022.

Interlúdio II - “Não registradas”: reflexões de raça e gênero nas fontes orais e documentais.

Durante as entrevistas percebi que pouco se falou de Leontina e Marina. Certo dia, no final da manhã enquanto tomava um café na casa de dona Maria e seu Amilton, perguntei à ela de onde sua mãe vinha e ela respondeu que vinha da cidade de Melo, no Uruguai, entretanto, não foi muito além disso... Quais seriam os processos que levaram dona Maria à pouco falar de sua mãe e, para além disso, pouco falar no geral?

No dia 12 de novembro, a entrevista havia sido marcada com ela e não com seu companheiro, mas ao chegar em sua casa, ela disse para mim que era melhor o seu Amilton falar, porque “ele sabe falar melhor”. Não pude deixar de perceber essas pequenas nuances no meu processo com a família e com dona Maria, acredito que o processo de invalidação e de subalternidade que a sociedade coloca sobre as mulheres negras culminou nesses pequenos atos cotidianos, talvez numa perspectiva de autopreservação, dona Maria preferia não falar.

Nesse sentido, segundo Lélia Gonzalez:

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. (GONZALEZ, 2020, P. 50)

Não posso afirmar que tais questões obrigatoriamente conduzem esses atos específicos da entrevistada, entretanto, é inegável que essas opressões influenciam na formação dos sujeitos na sociedade e levantar essas perguntas faz parte de um processo de reflexão sobre os significados dos indivíduos na sociedade.

Além desse processo relacionado à memória oral, as fontes documentais relacionadas aos homens continham mais informações em relação às fontes documentais que diziam respeito às mulheres, por exemplo, na certidão de óbito de Aurélio Madeira continha informações quanto: idade, data de nascimento, idade quando faleceu, ocupação (“rural aposentado”), que deixou bens, registro de 6 filhos vivos na data do óbito e o nome de seus pais. Além dessas informações, o já citado erro quanto ao nome de sua esposa, Angela Marina de Avila, ao invés de Marina Avila Madeira.

O registro de óbito de Marina, contém erros e informações faltando, como por exemplo: não conta com o nome de seus pais, não consta sua data de nascimento, diz apenas que sua ocupação “era doméstica”, mas não especifica se exercia atividades domésticas em sua própria residência ou se essa era uma fonte de renda. Como já citado anteriormente, consta que “não deixou bens”, entretanto seus bens foram inventariados e partilhados entre os herdeiros cinco anos mais tarde. Outro trecho que salta aos olhos, diz que ‘Deixou filhos(as) o declarante declara que a extinta deixou filhos, ignorando quantos são e seus nomes.

Os registros de Antônio e Leontina contam com mais informações, ocupações (agricultor e doméstica), nome dos pais, filhos deixados, nacionalidade (brasileiro e uruguaia), entretanto não consta data de nascimento de Leontina em seu registro.

A partir destas informações, destaco que as mulheres negras citadas nesta pesquisa foram colocadas em segundo plano não só nos relatos orais, mas também na documentação gerada por órgãos públicos, nos deixando perceber certo descaso com relação às informações sobre estas inclusive após sua morte.

CAPÍTULO III - “Do quilombinho ao Quilombo”: Relações de terra na formação de um campesinato negro na fronteira.

São muitos os processos relacionados à terra e os sujeitos negros que nela vivem neste território brasileiro, nas linhas que seguirei abordar alguns caminhos de pesquisadores, que discutiram tais questões, pensando desde metade do século XIX, até concepções contemporâneas e a relação destas com este trabalho.

Em setembro de 1850, duas leis foram promulgadas no Brasil que afetariam a vida de negros e negras neste território. A primeira delas, no dia 04, a Lei nº 581 de 1850 ou Lei Eusébio de Queiroz, vem para extinguir o tráfico de escravizados e tem um efeito mais profundo que a Lei de 1831 (que tinha o mesmo objetivo), por conta de uma maior fiscalização. Esta primeira faz parte de uma série de leis que culminaram no fim da escravidão em 1888 (CARVALHO, 2011) e, por sua vez, teve um efeito mais imediato no cotidiano dos viventes deste espaço.

A segunda, promulgada no dia 18, a Lei nº 601 ou Lei de Terras, foi a primeira lei que visava o controle no que diz respeito à terra no Brasil.

Dispõe sobre as terras devolutas no Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais. bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. (LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850)

A partir deste momento, as províncias e suas localidades deveriam fazer levantamentos e demarcar terras devolutas, que segundo o texto da lei:

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso publico nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei. (LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850)

A partir da promulgação da lei:

Art. 1º Ficam prohibidas as aquisições de terras devolutas por outro titulo que não seja o de compra. (LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850)

Gorender, em “O Escravismo Colonial” cita que a lei de terras de 1850, acrescentou “dispositivos que vedaram aos pobres o acesso à propriedade fundiária e asseguraram a preservação da estrutura latifundiária vigente” (2016, p.425).

Para José de Souza Martins, a sociedade escravista tinha bases capitalistas, e a Lei de Terras tinha a função de capitalizar a terra, já que o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, a mão de obra tinha valor sobre o espaço, agora o espaço deveria ter valor sobre a mão de obra, ou em suas palavras: “num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo, num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa” (MARTINS, 1986, p. 32).

Márcia Motta demonstra através de um processo de 1858, que camponeses poderiam utilizar a Lei de Terras conforme as interpretações. No processo em questão, o juiz e a mídia da época abordaram o tema dando a versão de que aqueles haviam interpretado errado a lei, visão corroborada por historiadores como Stanley Stein, Emília Viotti da Costa e Jacob Gorender, que analisaram o caso posteriormente e seguiram as conclusões. Entretanto, Motta pensa que não foi uma interpretação errônea, mas sim, uma interpretação diferente, em que utilizavam o texto da lei conforme suas necessidades e compreensões (MOTTA, 1998).

Para Verônica Secreto (2007):

Os grandes proprietários não necessitavam de uma lei para evitar que os pequenos se tornassem proprietários. Pelo contrário utilizavam e continuaram a utilizar mecanismos extra-jurídicos para esbarrar o acesso à terra, como violência direta, clientelismo, paternalismo, etc. Mas este sim foi um dos efeitos que teve a lei. (SECRETO, 2007, p. 15)

Ou seja, para Secreto, impedir o acesso à terra não seria um objetivo da lei de 1850, estas elites não precisavam de uma lei para impedir o acesso à terra, entretanto, foi no que ela culminou (SECRETO, 2007).

O Brasil, é um país que não contou com reforma agrária em sua história e que ainda hoje, latifúndios formados através de divisões coloniais vivem e, estabelecem manutenções de estruturas sociais bem firmadas em ambientes agrários. Salvo políticas de demarcação de terras indígenas e quilombolas, que andam a passos curtos e que surgem a partir da redemocratização e ganham alguma força na transição do século XX para o XXI.

Concordo com as concepções de Secreto e vinculando suas interpretações com este trabalho, mais adiante perceberemos formas de domínio da terra através

do mandonismo e relações sociais pré estabelecidas, passando por questões raciais, de classe e de forças políticas.

As pesquisas relacionadas aos quilombos são de extrema importância para concretizar o artigo 68. ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias)¹⁴ de 1988, para constituirmos uma noção mais profunda e complexa sobre essas comunidades, mas também dão base para que as instituições possam conferir reparações para tais comunidades. Assim como este trabalho pode dar base para trabalhos futuros e fomentar reparações no que diz respeito ao Quilombo Madeira e as pessoas que o constituem.

O popularmente conhecido “laudo histórico-antropológico”, no sentido institucional recebe a denominação Relatório Técnico Científico (RTC). Essa categoria nasce de um esforço conjunto de diversas instituições, como as autoras explicitam:

A criação desta categoria de investigação denominada Relatório Técnico Científico, bem como os parâmetros que o norteiam, são resultantes dos esforços do Grupo de Trabalho criado pelo Governo do Estado de São Paulo por meio do Decreto nº 40.723, de 21 de março de 1996, que tinha por objetivo fazer proposições visando a plena aplicabilidade dos dispositivos constitucionais conferentes do direito de propriedade aos remanescentes das comunidades de quilombos em território paulista. Foi integrado por representantes da Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania, Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, Secretaria do Meio Ambiente, Procuradoria Geral do Estado, Secretaria de Governo e Gestão Estratégica, Secretaria de Cultura, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Estado de São Paulo, Subcomissão do Negro da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo e Fórum Estadual de Entidades Negras. Os trabalhos deste Grupo levaram à criação: a) do Programa de Cooperação Técnica e de Ação Conjunta para identificação, discriminação e legitimação de terras devolutas do Estado ocupadas por remanescentes de comunidades de quilombos e de sua regularização fundiária, implantando medidas socioeconômicas, ambientais e culturais e b) de um Grupo Gestor para implementação do Programa. O Programa e o Grupo Gestor foram criados por meio do decreto nº 41.774 de 13 de maio de 1997. (SCHMITT, MANZOLI TURATTI e CARVALHO. 2002, p.7).

¹⁴ Artigo 68 do ADCT: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir -lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 1988, p.154).

O esforço de vários órgãos e setores da sociedade, culminou nessa nova denominação com relação ao processo de compreensão do passado de comunidades remanescentes de quilombos.

Um famoso caso é o do Quilombo dos Breves, localizado na Ilha da Marambaia, no qual a terra foi prometida aos ex-escravizados pelo senhor ainda no séc. XIX, mas com o falecimento do senhor, a esposa vendeu as terras, que foram passadas até chegar, ao menos institucionalmente, às mãos da Marinha do Brasil, mas durante todos os processos, do séc. XIX ao XXI, a comunidade negra esteve presente na Ilha, tendo sofrido pressões de diferentes instituições, nos anos 1990 sofreram diversas pressões do Governo Federal, que em diversos momentos tentaram descaracterizar a comunidade enquanto quilombo. A comunidade dos Breves resistiu bravamente por mais de cem anos naquela ilha de tantos significados (YABETA e GOMES, 2013).

O Quilombo dos Breves é um exemplo de como o estado tratou o campesinato negro no pós-abolição, e as pesquisas que hoje são feitas podem gerar frutos para estes que tanto foram pressionados pelo estado.

Beatriz Nascimento dedicou por quase 20 anos (entre 1976 e 1994), suas pesquisas a temáticas como: toponímia, memória, relação África - Brasil, territorialidade e espaço. Em uma de suas entrevistas diz que "Estava ela preocupada com topônimos referentes ao termo quilombo, às favelas, aos "bailes black" e às comunidades negras rurais contemporâneas que estavam sendo identificadas naquele período.", o que demonstra uma compreensão espacial de território como identitário, também é possível pensar a mescla entre a manutenção da cultura e a concomitante mutação desta, trazendo a ancestralidade e as tradições mescladas as mudanças presentes no mundo contemporâneo.

A dissonância entre intelectuais negros e brancos durante na segunda metade do séc. XX, se acentuam cada vez mais ao passo que o grupo hegemônico dentro da academia (os intelectuais brancos) são contrariados. As perspectivas de quilombo colocadas pelos intelectuais negros, não são dissociadas de suas lutas políticas, e isso torna a inclusão ou não dos quilombos como tema de pesquisa na academia um tema caro à ambos os grupos (intelectuais negros e brancos), para os negros por conta da preocupação com a forma como eram tratados os temas que dizem respeito ao seu passado; e para os brancos por não encontrar ou não enxergar motivo para tal tema de pesquisa, mas ainda mais profundo que isso, não

perder espaço dentro da academia para os negros, que nesse momento cresciam dentro destes espaços (NASCIMENTO Apud RATTTS, 2006).

O projeto de Beatriz Nascimento se baseava inicialmente em cinco hipóteses:

- 1) O que ficou conhecido na historiografia como quilombos são movimentos sociais arcaicos de reação ao sistema escravista, cuja particularidade foi a de iniciar sistemas sociais variados, em bases comunitárias.
- 2) A variedade de sistemas sociais englobados no conceito único de quilombo se deu em função das diferenças institucionais entre esses sistemas.
- 3) O maior ou menor êxito na organização dos sistemas sociais conhecidos como quilombos deu-se em função do fortalecimento do sistema social dominante e sua evolução através do tempo.
- 4) As áreas territoriais onde se localizaram “quilombos” no passado supõe uma continuidade física e espacial, preservando e/ou atraindo populações negras no século XX.
- 5) Certas instituições características de movimentos sociais arcaicos são encontradas nestes territórios acima citados, fazendo supor uma linha de continuidade entre os sistemas sociais organizados pelos negros quilombolas e os assentamentos sociais nas favelas urbanas, assim como nas áreas de economia rural decadente com incidência de população negra e segmentos populacionais de baixo poder aquisitivo pertencentes a outras etnias. (1981)

Esses cinco pontos demonstram a complexidade do tema, que na maior parte das vezes era pensada numa perspectiva arcaica de quilombo, que reduzia um processo ocorrido em toda extensão brasileira ao quilombo de Palmares.

João Baptista Borges Pereira diz que, essas “comunidades negras não podem ser colocadas na categoria de quilombo, a não ser que se dê novas dimensões a tal conceito”, fala essa que tenta endossar a perspectiva branca de não inclusão de comunidades negras dentro do que naquele momento era considerado quilombo, um conceito muito fechado em ideias coloniais (BORGES Apud RATTTS, 2006). Na verdade, o que se buscava era mudar o conceito de quilombo, era

transformar aquele conceito fechado, formulado por brancos, em um conceito a partir das proposições de negros e negras (NASCIMENTO Apud RATTIS, 2006).

Ao ouvir o termo “Quilombinho” durante uma conversa com o casal Maria e Amilton, fiquei um tanto intrigado, pois como já citado, dona Maria e seu Amilton fazem parte do Quilombo Madeira, entretanto, este “Quilombinho” citado por eles não é um local reconhecido institucionalmente como quilombo, mas carrega popularmente esta denominação.

No processo de pesquisa, encontrei um registro de Batismo datado de 1944, que se refere a uma localidade do 3º distrito (ou 3º Zona) de Jaguarão, como “Quilombo”:

Registro de Batismos	
Nome do batizando <i>Maria Solda</i>	A. <i>Pianeira</i> de <i>Jardim</i> de mil novecentos e <i>quarenta e quatro</i>
(1) N.º <i>268</i>	(4) na <i>Barra do Têlo 3ª Zona de Jaguarão</i> , o Revdo. <i>P. Pedro</i>
(2) Filiação <i>P.</i>	(5) batizou solenemente a <i>Maria Solda</i>
(3) Nacionalidade dos pais <i>Brasileiro</i>	nascid. a (6) em <i>Jaguarão</i> aos <i>vinte e sete</i> de <i>Novembro</i> de mil novecentos e <i>quarenta e três</i>
Sexo <i>Fem.</i>	filha <i>P.</i> de <i>Cláudio Albuquerque Faria - e Cláudia Chagas Faria</i> ; ele natural de <i>Jaguarão</i>
Logar do bat. <i>Barra do Têlo 3ª Zona</i>	e ela de <i>Jaguarão</i>
Data da 1.ª Com.:	residentes (8) em <i>3ª Zona de Jaguarão - Quilombo</i>
Data da confir.:	Casados na igreja <i>Jaguarão</i> Diocese de <i>Blumenau</i>
	Foram padrinhos <i>Jose Luis Albuquerque Faria - e Amaurelina Ferreira</i>
	O Pároco <i>Frei Henrique Maria de Jesus - c. e d.</i>

Fonte: Registro de Batismo - Encontrado no Livro de Batismos de 1944, alocado na Igreja Matriz, Paróquia do Divino Espírito Santo, em Jaguarão. (Acervo não catalogado)

Esta fonte nos revela indícios de forte presença negra na região, mais de seis décadas antes do já citado reconhecimento do Quilombo Madeira, em 2010. Se distanciando daquele conceito fechado de quilombo vinculado ao período da escravidão, já que a região citada não tem indícios de formação de quilombos no período escravista, mas tem grande relação com comunidades negras.

Entretanto, ao que tudo indica, a família Faria dominava a região através de suas ramificações no tempo desde o período da escravidão, tendo relatado seu Amilton, existir, ainda na atualidade, estruturas que seriam senzalas em terras dos Faria. Assim como a fonte acima demonstra, a região chamada de quilombo era onde vivia o casal Eloyd Albuquerque Faria e Alayde Chagas Faria. Eloyd era filho

de José Luiz de Albuquerque Faria, que segundo o livro da família Faria¹⁵, era conhecido como “Zeca”.

Relembro aqui o trecho da entrevista em que seu Amilton conta onde Antônio estava quando foi abordado pelos policiais, motivação de sua fuga para o Uruguai:

diz que tava no finado Zeca Faria e veio uns policial a cavalo, dois ou três, aí deram ordem de prisão pra ele, que ele ia ter que seguir eles pra ajudar a peleia contra não sei o que [...] ali não havia corredor, hoje é tudo dividido os campos.

Entrevista concedida por Amilton Avila Madeira e Maria Delfina Faria Madeira, no dia 12 de novembro de 2021.

Ou seja, a região conhecida por “quilombinho”, citada em conversa, é a mesma região da casa de Zeca Faria (José Luiz de Albuquerque Faria), na qual é denominada na fonte (registro de batismo) como “Quilombo”. Demonstrando tanto na oralidade quanto em fontes documentais a presença negra, não só na região do reconhecido Quilombo Madeira, mas em localidades próximas. Assim sendo, coloco em questão se: o espaço reconhecido como quilombo não deveria abranger uma área mais ampla do que a área atual?

Este é o *start* para uma compreensão territorial sobre quais espaços desta região poderiam estar relacionados historicamente com as comunidades negras e, por sua vez, qual deveria ser, a partir de um estudo mais profundo, o espaço do quilombo. Entretanto, não “tereí pernas” para avançar muito nestas questões, devido às problemáticas de tempo e recursos para buscar fontes, além do fato de ser uma proposta que poderia se desenrolar e abrir possibilidades ultrapassam os objetivos primários desta monografia, mas que poderão ser melhor analisadas em trabalhos futuros, seja por mim ou por outros pesquisadores.

A palavra quilombo e/ou mocambo, se popularizou no Brasil ainda no período Colonial, utilizada para denominar grandes ou pequenas aglomerações entre negros, tendo caráter contraventor para as instituições. Mas o cerne da palavra, em África, tem concepções relacionadas à unidades/acampamentos e estratégias militares (GOMES, 2015), tendo a ideia de resistência desde sua gênese.

¹⁵ livro “Nossos familiares: de 1750 a 1998”, de Dilene Moraes Pociúcula. Um livro genealógico não disponível para venda e produzido para uma lógica familiar, disponibilizado por Letícia de Faria Ferreira.

Assim como Flavio Gomes (2015), acredito que os quilombolas do Brasil fazem parte da categoria campesinato negro, ainda que existam vertentes que deslegitimem tal categorização, por acreditarem que camponês é um conceito europeu e, por sua vez, não possa ser empregado fora da Europa. Segundo Motta e Zarth (2008), “podemos afirmar que o campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais” (p. 7). Gorender (2016) afirma que entre os senhores “incluía-se a prática de conceder ao escravo o cultivo de minúsculos lotes de terra” (GORENDER, 2016. p. 291)

A tendência patriarcal encontrava terreno adequado também na economia natural. Nela se concretizava uma relação direta entre a produção e as necessidades pessoais, até mesmo do ponto de vista do escravo. O que os senhores perspicazes sabiam estimular quanto possível, facilitando ao escravo o lote para cultivo em benefício próprio. (GORENDER, 2016. p. 308)

Ciro Cardoso (1987), entende este processo em que cativos produzem através do cultivo, seja para consumo próprio ou para venda, como uma “brecha camponesa”, na qual se complexifica o papel do escravizado, já que o mesmo tem essa brecha - ainda que muito estreita - para uma produção muito próxima de uma lógica camponesa livre.

No tocante aos quilombolas, Petrônio Domingues e Flavio Gomes dizem que:

Ao desenvolverem uma agricultura diversificada, oposta à monocultura, os quilombos produziram excedentes que eram vendidos ou trocados por outras mercadorias com os vizinhos das comunidades quilombolas, constituindo uma rede de cooperação e solidariedade mútua (DOMINGUES E GOMES, 2013. p. 13)

Nesse sentido, podemos inserir quilombolas na categoria campesinato, a partir da já demonstrada relação com o cultivo e trabalho agrário, colocadas por Gorender e Cardoso ainda dentro de lógicas escravistas, mas também dentro das lógicas de aquilombamento, como ressaltam Domingues e Gomes. Os apontamentos destes, relacionados ao entendimento de Motta e Zarth sobre camponeses, que devem: ser produtores e estarem integrados enquanto uma categoria específica nas relações sociais (neste caso: negros, quilombolas e no meio rural), incluem estes sujeitos na categoria camponesa. Assim sendo, defendo o campesinato negro como uma categoria presente no espaço agrário brasileiro.

Ainda que “ultimamente o conceito de quilombo vem se ampliando no sentido de incorporar comunidades urbanas” (DOMINGUES E GOMES, 2013. p.17), o foco desta pesquisa são sujeitos inseridos numa comunidade rural.

Incluir estes sujeitos como trabalhadores rurais, é também pensar o “*Paradigma da ausência*”, proposto por Álvaro Pereira do Nascimento (2016), onde o autor evidencia que pesquisadores acadêmicos não se preocupam com o quesito cor em suas pesquisas ou “se defendem culpando as fontes que não trazem a cor dos trabalhadores ou alegando que não conseguiram tempo para “ir atrás”(p. 609). Segundo ele, “essa ausência leva-nos à reafirmação da história única, marcada pela superioridade cultural e racial dos imigrantes que se avolumaram no Sudeste e Sul do país no fim da escravidão” (p.610).

Ainda que o autor esteja utilizando sua proposição para discutir o movimento operário, podemos relacionar o “*Paradigma da ausência*” com a discussão em questão, em que o campo negro é negligenciado em detrimento de trabalhadores brancos do campo, constituindo uma historiografia sobre o campesinato brasileiro dando prioridade para camponeses brancos e imigrantes, ou apenas não incluindo a cor na denominação destes sujeitos, fomentando uma história excludente e pouco próxima da realidade brasileira, tendo em vista que esses trabalhadores e trabalhadoras não desapareceram do Brasil pós 1888, mas sim, estiveram presentes nas diversas regiões urbanas e rurais do estado brasileiro.

Talvez estes processos internos do país, de constituição de uma historiografia que negligencia um campesinato negro, sejam a resposta a inquietações minhas, que de certa forma influenciaram a produção deste trabalho: por quais motivos ainda não existe um trabalho historiográfico de folego sobre o Quilombo Madeira? Um espaço que conta com uma experiência tão particular. Como dito no Capítulo anterior, o sobrenome Madeira vem do Uruguai junto com a família de Aurélio, sendo assim, o Quilombo Madeira tem em sua gênese uma relação binacional.

A vinculação entre os grupos familiares apresentados, gerou um espaço reconhecido institucionalmente, mas que antes já era reconhecido socialmente como espaço negro, em suas nomenclaturas, denominações e pelos próprios residentes da região. O termo Quilombo ultrapassa o reconhecimento institucional, o estado serve para aplicar políticas de reparação, mas as próprias comunidades têm em si, os significados cotidianos de resistência negra, que nesta pesquisa se demonstram através de histórias relatadas pelos próprios remanescentes do Quilombo Madeira.

Nesse sentido, busco aqui contribuir para reflexões sobre este espaço e aumentar o leque de possibilidades de compreensão sobre os significados e

processos dos sujeitos negros que viveram e vivem nesta fronteira, levando em consideração trajetórias particulares destes homens e mulheres.

Interlúdio III - “Esse é o xote caruru, que aqui não apareça o velho Lu”: Abuso de poder e formas de manutenção de domínio no pós-abolição.

Durante entrevista, perguntei ao seu Amilton e dona Maria se haviam mais histórias sobre a região e se eles sabiam se seus antepassados haviam sido escravizados, seu Amilton disse que em sua família ele não sabia, mas que talvez do lado de dona Maria, sim. As respostas pareciam um tanto confusas, entretanto, a partir disso seu Amilton disse que achava que houve escravidão naquela região pois ainda haviam estruturas relacionadas a castigos do período escravista.

Seu Amilton conta a história do “finado Lu”, que segundo as histórias que ele ouvia desde a infância, Lu era um policial da campanha:

O finado Lu, era um policial de campanha, e até hoje diz que tem...tem a barra de bota os cara [...] o neto dele diz que tem a casa do lado e tá a barra lá.

[...]Ele era um policial que ele prendia os cara aí, naquele tempo, botava a trabalhar, os cara a trabalhar pra ele. E o cara diz que, às vezes, não dava mais notícia deles, diz que sumia.

[e o senhor sabe o nome dele?] como era o nome, não sei, eu sei que ele era Faria também, dos branco.

Entrevista concedida por Amilton Avila Madeira e Maria Delfina Faria Madeira, no dia 12 de novembro de 2021.

Em minhas buscas para tentar encontrar quem poderia ser o dito “Lu”, primeiro encontrei Luís Gedeão de Faria, o qual foi “Conselheiro Municipal” (Vereador)¹⁶.

Segundo Amanda Both (2016)

Apenas um vereador tomou posse com menos de 30 anos (Luís Gedeão de Faria tinha 29 anos quando foi eleito em 1887) e a maioria deles (62%) se encontra na faixa entre 40 e 59 anos. (BOTH, 2016, p. 36)

Acreditei que poderia ser ele, por seu nome ser Luís e fazer parte do clã dos Faria, mas também por estar vinculado a política local. Entretanto, ao buscar no livro da Família Faria, encontrei Luiz de Faria Santos, o qual tinha o apelido de “Lu”.

¹⁶ Informação contida no Almanak Laemmert : Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940. Edição A00059(2), ano: 1902. Encontrado na Hemeroteca Nacional Digital.

Aí estava o Lu Faria que eu procurava, mas o dito livro da família Faria não consta data de nascimento ou falecimento, contudo, o "Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas - Rio Grande do Sul"¹⁷, de 1934, em uma de suas páginas traz uma pequena biografia do "Capitão Luiz de Faria Santos". No qual consta que nasceu em 22 de outubro de 1883, que era casado e tinha filhos, suas principais atividades estavam ligadas "indústria pastoril", principalmente gado. Diz ainda que:

É republicano de família. A seu partido tem prestado valioso concurso. Seu gremio político tem-n'o como um soldado partidário disposto a agir com ardor.

Por ocasião do movimento revolucionario de 1923, exercia o cargo de sub-intendente do terceiro districto do mesmo município"

Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas - Rio Grande do Sul, 1934

O terceiro distrito é a zona onde está situado o Quilombo Madeira, mas também é a região em que todos os processos citados neste trabalho se dão. Local para onde Aurélio vai na infância e onde Marina cresceu. Onde Antônio cresceu e também a região em que estava quando sofreu recrutamento forçado, possivelmente a mando do sub-intendente acima citado, "Lu" de Faria Santos. Outra fonte em que aparece, é o jornal "A Situação", de 13 de março de 1917, no qual Gabriel Gonçalves da Silva, intendente que estava deixando o posto, agradece os sub-intendentes:

Faço especial menção aos cidadãos Secretário da Fazenda, Joaquim José da Cunha Filho, Sub-intendente José Luiz Terra, Luiz Evaristo Vieira, Raymundo Antonio Lopes e Luiz de Faria Santos. (Jornal "A Situação", de 13 de março de 1917. p. 2.)

Saliento também, a força do Partido Republicano Riograndense não só no estado, mas também em Jaguarão, que tinha entre seus membros mais famosos, o próprio Carlos Barbosa, que foi Presidente da Província entre os anos de 1908 a 1913.

¹⁷ O "Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas - Rio Grande do Sul", está no acervo documental da família Faria e foi disponibilizado por Leticia de Faria.



Pequena biografia de Luiz de Faria Santos produzida para o Álbum Ilustrado do Partido Republicano Castilhistas - Rio Grande do Sul, 1934.

Em entrevista, a antropóloga Letícia de Faria, conta que seu bisavô, Luiz de Faria Santos (Lu), foi da Guarda Nacional e “aí ele criou a fama de ser um cara cruel”.

ele é um homem posterior ao período escravagista [...] essa coisa que dizem “ah, o Lu escravocrata”, não, ele não era escravocrata naquele sentido clássico[...] isso não quer dizer que ele não fosse um sujeito racista, que perseguisse as pessoas (ex) escravizadas.

[...]contam que as pessoas negras faziam bailes rurais, e tinha um xote, que é um ritmo musical daqui [...] tamanha as perseguições que ele fazia de proibir os bailes negros, que tinha um xote que dizia assim “esse é o xote caruru, que aqui não apareça o velho Lu”. E conta que ele invadiu o baile e tirou todo mundo e tem um tipo de relho aqui que se chama “rabo de tatu” [...] e que conta que ele fez um estendeu, botou um monte de gente a correr cantando “aqui chega o Lu, com seu rabo de tatu”

[...] ele como Coronel da Guarda Nacional [...] hostilizava as pessoas negras e impedia esses bailes

Entrevista concedida por Letícia Ferreira de Faria, no dia 12 de julho de 2022.

As falas da entrevista acima citadas, revelam o modus operandi do coronelismo (vide nota de rodapé nº9) nesta fronteira durante a primeira república, mas também formas de manutenção de trabalho forçado, com lógica escravista.

Cabe também salientar, o quão lúcidos são os relatos de Letícia, que não se inibe em demonstrar suas percepções sobre este antepassado. Luiz é uma figura conhecida, inclusive pelos descendentes, pela utilização de seu poder local, para promover perseguições e entrou inclusive numa cantiga por sua fama. Os relatos deixam explícito que, Lu efetuava suas crueldades tendo noções raciais como norteadoras de seus atos e remetendo à escravidão inclusive com a utilização de relho, que nada mais é que um chicote.

É possível perceber maneiras explícitas de manutenção de estruturas sociais escravistas mesmo no pós-abolição, caso não tivéssemos acesso ao tempo em que viveu Luiz de Faria Santos, poderíamos facilmente considerar que essas histórias aconteceram ainda do regime escravista. Dão conta ainda, de nos mostrar na prática, como o poder político/institucional estava vinculado a esses sujeitos da elite local que promoviam terror através de suas titulações ou poderes locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jaguarão é um solo fértil para diversas propostas e compreensões sobre a fronteira, lança sobre nós perguntas a cada passo que damos nos paralelepípedos. Aos historiadores, dá motivações cotidianas de pesquisa. Em cada "por quê?", cabe a nós buscar ou não respostas.

O espaço fronteiriço tem entre seus processos históricos, características particulares de desenvolvimentos sociais, e não é diferente com as comunidades negras deste espaço, as quais sujeitos criam o seu cotidiano relacionado ao país vizinho, gerando relações com o espaço e seus viventes que transitam nessa terra "dividida", sejam essas relações laços de amizade, de casamento ou geográficas, no tocante ao território e as raízes formadas nele.

Dona Maria e seu Amilton são fruto, por suas filiações ou por sua própria união, das tantas vinculações possíveis nesta fronteira, dão conta em sua história e em seus antepassados de demonstrar de maneira tão rica, o processo de formação de uma comunidade remanescente de quilombo que surge através de relações internacionais; os significados particulares de viver na fronteira; as possibilidades de laços surgirem tanto de alguém que vai para o Uruguai e lá se casa para depois retornar, quanto alguém que sai do Uruguai na infância e já em solo brasileiro cria laços familiares. Aqui podemos perceber a fronteira além de uma linha divisória, mas como um espaço de possibilidades de relações complexas e de intensas trocas, um retalho em um sentido estatal/nacional, mas costurado pelas pessoas que nela habitam.

Conseguem demonstrar, a partir de suas memórias, caminhos que relacionam a escravidão ao pós-abolição, em fugas para o Uruguai; mudanças de nome vinculadas às relações de poder; como sujeitos brancos abastados exerceram formas de domínio sobre a terra no pós-1888; como as tramas sociais podem ser variáveis e complexas no jogo do cotidiano. Mas para além, como famílias negras se formaram, tendo nos seus, a força para constituir um território repleto de significados e eu "faço questão de botar no meu texto que pretas e pretos estão se amando" (Rincon Sapiência, 2017). Processos esses que culminaram na formação deste lugar de resistência, o Quilombo Madeira, na ponta sul do Brasil e, assim como outros

trabalhos citados, demonstra Jaguarão como uma fronteira negra, perceptível aqui, através das histórias de um casal.

Mas nestes processos também surgiram questões que poderiam ter mais fôlego, como: ir mais além nas questões genealógicas e buscar antepassados mais distantes da família de seu Amilton e dona Maria; compreender os processos de produção camponesa, concebendo questões culturais, agrícolas e artesanais: o que produzem? Como produzem? Existem características particulares nestas produções?; o espaço geográfico que atualmente é reconhecido como quilombo, deveria abranger mais área?; quais os significados da denominação de cor? Sabendo que dos quatro antepassados citados, três foram classificados com cor “mista” e um como branco, mesmo as memórias dando outros tipos de classificação de cor para estes sujeitos; existem particularidades culturais na formação de um quilombo com relações binacionais e de fronteira?

“No pós-Abolição, homens e mulheres negros enfrentaram uma sociedade que racializou as relações sociais” (MOLET, 2018. p. 277) e acredito que através dos relatos e documentos apresentados, seja possível incluir novos olhares sobre o pós-abolição em Jaguarão e tornar ainda mais completa e complexa ótica histórica e social, principalmente no que tange os negros e negras que vivem nesta fronteira.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTÍ, Verena."FONTES ORAIS: Histórias dentro da História". In: Fontes históricas / Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). — 2.ed., 1ª reimpressão.— São Paulo : Contexto, 2008. (p.155-202).

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BOURDIEU, Pierre. (2000), *O Poder Simbólico* Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.

BORUCKI, Alex. 250 años de tráfico de esclavos hacia el Río de la Plata De la fundación de Buenos Aires a los «colonos» africanos de Montevideo, 1585 - 1835. In. CLAVES REVISTA DE HISTORIA, VOL.7,N.º12. MONTEVIDEO, ENERO-JUNIO 2021

CARATTI, Jônatas Marques. O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata no Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. "Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual". Dados, Rio de Janeiro, v.40, n.2, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. A política da abolição: o rei contra os barões. In: Teatro de sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo, Companhia das Letras. 2003.

CORRÊA, Nelson Luís. EXPERIÊNCIAS E SENSações: UM ESTUDO DE CASO EM UM TERREIRO DE CANDOMBLÉ ANGOLA NA CIDADE DE JAGUARÃO. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Unipampa. Jaguarão, 2017.

DOMINGUES, Petrônio e GOMES, Flavio dos Santos. HISTÓRIAS DOS QUILOMBOS E MEMÓRIAS DOS QUILOMBOLAS NO BRASIL: REVISITANDO UM DIÁLOGO AUSENTE NA LEI 10.639/031. Revista da ABPN • v. 5, n. 11 • jul.– out. 2013 • p. 05-28

FARINATTI, Luís Augusto e THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). In: HEINZ, Flávio (org.). Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009. p. 145-177.

GONZALEZ, Lélia. “A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica”. In: Por um feminismo afro-latino-americano. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

GORENDER, Jacob. “Quarta Parte: Regime Territorial e Renda da Terra”. In: O escravismo colonial. 6. ed.—São Paulo : Expressão Popular : Perseu Abramo, 2016, p.403-453.

GULARTE, Gustavo da Silva. Fronteira do Jaguarão: unidades produtivas e trabalho escravo na formação de um espaço fronteiriço, 1801 – 1835. 2015. 132 f. Dissertação (mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015.

LIMA, Rafael Peter de. ‘A nefanda pirataria de carne humana’: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868). Porto Alegre: UFRGS, 2010.

KÜHN, Fábio. “O Rio Grande do Sul durante a República Velha”. In: Breve história do Rio Grande do Sul / Fábio Kuhn. - 2. ed. - Porto Alegre: Leitura XXI, 2004. Não paginado.

LOPES, Taiane Naressi. PROTAGONISMO FEMININO ENTRE REGRAS E PADRÕES: UMA HISTÓRIA DAS MULHERES NEGRAS DO CLUBE SOCIAL 24 DE

AGOSTO. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Unipampa. Jaguarão, 2015.

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. 3. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1986.

MOLET, Claudia Daiane Garcia. CASCA E LIMOEIRO: AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO LITORAL NEGRO DO RIO GRANDE DO SUL, DURANTE O SÉCULO XIX. 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. UFSC, 2014.

MOLET, Claudia Daiane Garcia. PARENTESCOS, SOLIDARIEDADES E PRÁTICAS CULTURAIS: ESTRATÉGIAS DE MANUTENÇÃO DE UM CAMPESINATO NEGRO NO LITORAL NEGRO DO RIO GRANDE DO SUL (do século XIX ao tempo presente). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2018.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Uma Parda Infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça (Aurélio Viríssimo de Bittencourt /Jaguarão, século XIX). Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba: UFPR, 2009.

MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo. “Apresentação à Coleção”. In: vol. I: concepções de justiça e resistência nos Brasis / Márcia Motta, Paulo Zarth (Orgs.). - São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008.

MOTTA, Márcia M. “O conflito de 1858 Revisitado”. In: Nas fronteiras do poder. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. RJ, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro/Vício de Leitura, 1998. (p. 189-222)

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”:1 contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. In: Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 29, no 59, p. 607-626, setembro-dezembro 2016

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993.

NUNES, Juliana dos Santos. “Somos o Suco do Carnaval!” A Marchinha Carnavalesca e o Cordão do Clube Social 24 de Agosto. Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas, 2010.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; LOVATO, Bárbara Hartung. Introdução ao estudo da História: temas e textos. Porto Alegre: Edição do autor, 2013. p. 177.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista, Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1989.

RATTS, Alex. “A Terra é o meu quilombo – Terra, território, territorialidade”. In: Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, 2006, p. 51-61.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. “O pós-abolição como problema histórico: balanço e perspectivas”. In: Topoi, v. 5, n. 8, jan-jun. 2004, pp. 170-198.

ROSA, Alzemiro Gonçalves da. A VOZ POPULAR: O CERRO DA PÓLVORA NAS DÉCADAS DE 1960-1970 EM JAGUARÃO-RS. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Unipampa. Jaguarão, 2015.

SECRETO, Maria Verônica. LEGISLAÇÃO SOBRE TERRAS NO BRASIL DO OITOCENTOS: DEFININDO A PROPRIEDADE. Raízes, Campina Grande, vol. 26, nºs 1 e 2, p. 10–20, jan./dez. 2007.

RUBERT, Rosane Aparecida. Comunidades Remanescentes de Quilombos: Alguns Desafios ao Olhar Antropológico. In: Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio. V. IV, nº7/8. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Jan/Dez 2007.

SILVA, Tairane Ribeiro da. “PODEM SURGIR DOS BAIRROS, DAS RUAS, DOS CONJUNTOS RESIDENCIAIS, DAS FAVELAS, MUCAMBOS, MALOCAS E ALAGADOS...”: TERRITÓRIOS NEGROS E REPRESSÃO À POPULAÇÃO NEGRA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR EM PELOTAS-RS (1968-1978). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019.

SILVA, Tiago Rosa. Vivências e experiências associativas negras em Bagé-RS no Pós-abolição: imprensa, carnaval e Clubes Sociais Negros na fronteira sul do Brasil -

1913-1980. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, 2018.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecilia Manzoli e CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A ATUALIZAÇÃO DO CONCEITO DE QUILOMBO: IDENTIDADE E TERRITÓRIO NAS DEFINIÇÕES TEÓRICAS. *Ambiente & Sociedade* - Ano V - No 10 1º Semestre de 2002.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

THOMPSON, E. P. "Patrício e Plebeus" In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998 [1991]

VERGARA, Patrícia Lima. "UM POR TODOS, TODOS POR UM": A SOCIEDADE OPERÁRIA JAGUARENSE (1911-1948). Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História da Unipampa. Jaguarão, 2019.

WEIMER, Rodrigo Azevedo. *Felisberta e sua Gente: consciência histórica e racialização em uma família negra no pós-emancipação rio-grandense*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

WEIMER, Rodrigo Azevedo. *Os nomes da liberdade: experiências de autonomia e práticas de nomeação em um município da serra rio-grandense nas duas últimas décadas do século XIX*. Dissertação. UNISINOS: Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, 2007.

YABETA, Daniela e GOMES, Flávio dos Santos. MEMÓRIA, CIDADANIA E DIREITOS DE COMUNIDADES REMANESCENTES (EM TORNO DE UM DOCUMENTO DA HISTÓRIA DOS QUILOMBOLAS DA MARAMBAIA). *Afro-Ásia*, 47 (2013), 79-117.